

Parte III – Da proposição à execução ou dos aprendizados da gestão

Capítulo 5 – Sobre uma política (que se quer) modelo

Silvia Aguião

SciELO Books / SciELO Livros / SciELO Libros

SILVA, A. Sobre uma política (que se quer) modelo. In: *Fazer-se no "Estado": uma etnografia sobre o processo de constituição dos "LGBT" como sujeitos de direitos no Brasil contemporâneo* [online]. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2018, pp. 241-299. Sexualidade, gênero e sociedade. Sexualidades e cultura collection. ISBN 978-85-7511-489-6. <https://doi.org/10.7476/9788575115152.0011>.



All the contents of this work, except where otherwise noted, is licensed under a [Creative Commons Attribution 4.0 International license](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

Todo o conteúdo deste trabalho, exceto quando houver ressalva, é publicado sob a licença [Creative Commons Atribuição 4.0](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

Todo el contenido de esta obra, excepto donde se indique lo contrario, está bajo licencia de la licencia [Creative Commons Reconocimiento 4.0](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

CAPÍTULO 5 SOBRE UMA POLÍTICA (QUE SE QUER) MODELO

A cerimônia descrita na cena 8 consistiu em uma solenidade organizada para celebrar a inauguração de um conjunto de dez serviços a serem oferecidos pela Superintendência de Direitos Individuais, Coletivos e Difusos da Secretaria de Estado de Assistência Social e Direitos Humanos do Rio de Janeiro. Parte das atividades recebeu o apoio do governo federal por meio da SEPPIR e da SDH. A SuperDir funciona no prédio da Central do Brasil, no Centro do Rio de Janeiro. O espaço foi cedido no início de 2009 pela Secretaria Estadual de Segurança Pública, que se localiza no mesmo prédio. Todo o amplo espaço, que inclui salas, escritórios e um grande auditório, estava fechado e inutilizado há quase dez anos, tendo sido totalmente reformado para que pudesse abrigar a estrutura dos serviços. A verba para a reforma, R\$ 1,5 milhão, foi liberada pelo governo do estado.¹

Na mesa oficial da solenidade de abertura esteve presente o secretário de Assistência Social e Direitos Humanos, o superintendente da Secretaria

¹ Antes desse espaço no prédio da Central do Brasil, a SuperDir ocupou uma sala no Palácio da Guanabara, sede do governo do estado do Rio de Janeiro (entre 2007 e 2008) e um espaço no prédio do Detran (em 2009).

de Direitos Individuais, Coletivos e Difusos, a subsecretária de Direitos Humanos da Presidência da República, o secretário Estadual de Segurança Pública, um representante do reitor da Universidade do Estado do Rio de Janeiro e um representante de cada área coberta pelos serviços, ou seja, uma representante “LGBT”, uma representante da diversidade religiosa e uma representante de ONG/Aids.² As falas da mesa de abertura foram ao encontro da maneira como o evento foi divulgado, ressaltando o pioneirismo do estado do Rio de Janeiro e o caráter de “vanguarda” dos serviços que estavam sendo inaugurados para a “luta pela cidadania sem distinção de credo, raça, orientação sexual e identidade de gênero”. Alguns dos presentes enfatizaram que este deveria ser um modelo de serviço a ser replicado em todo o Brasil. Outro ponto destacado durante algumas das falas foi o de que os serviços seriam fruto de uma resposta governamental em face de uma demanda dos movimentos sociais.

Onze meses depois, o mesmo espaço abrigaria outra cerimônia que teve novamente o seu caráter pioneiro como grande destaque. Dessa vez, o evento seria o lançamento da campanha publicitária Rio Sem Homofobia.

Cena 9 – Dezesesseis de maio de dois mil e onze

A entrada do edifício da Central do Brasil foi enfeitada com balões nas cores do arco-íris. Na portaria – que também funciona como acesso para as instalações da Secretaria de Segurança Pública, para as instalações da Secretaria Estadual de Assistência Social, entre outros equipamentos –, chamava a atenção dos passantes, além dos balões, a circulação de travestis e transexuais “montadas”, entre

² Segundo um boletim divulgado em 2007, a “Superdir iniciou suas ações de combate à discriminação e à promoção da cidadania junto à população GLBT (gays, lésbicas, bissexuais, travestis e transexuais); pessoas discriminadas por estado de saúde (HIV-Aids, tuberculose e hepatite); comunidades de religiões de matrizes africanas; comunidade judaica e outras populações discriminadas em razão de sua nacionalidade, origem, religiosidade, além das intolerâncias correlatas e das múltiplas formas de discriminação”.

outros personagens não tão frequentes ali. Ainda colaborava para o estranhamento a intensa circulação dos fotógrafos encarregados de registrar o momento.

Lá em cima, no amplo auditório do sétimo andar, o salão foi organizado de maneira a garantir um espaço reservado para as "autoridades" presentes entre o público. Telões dispostos nas laterais do pequeno palco montado em uma das extremidades do auditório mostravam fotos de outros eventos e ações promovidas pela SuperDir, enquanto o público chegava e ia se acomodando.

Com alguns minutos de atraso, foi anunciado o início da cerimônia. Foram convidadas as "autoridades" para compor a mesa de abertura: o governador do estado, Sérgio Cabral, o secretário de Assistência Social e Direitos Humanos, Rodrigo Neves, e o superintendente de Direitos Individuais, Coletivos e Difusos, Cláudio Nascimento, que surgiram no fundo do salão e atravessaram o corredor formado entre os dois conjuntos de cadeiras da plateia, caminhando até o pequeno palco. O pequeno percurso se deu sob muitos aplausos e foi seguido por muitas luzes das câmeras de foto e vídeo que os acompanhavam. A quantidade de fotógrafos e cinegrafistas realmente impressionava. Dessa maneira também outras "autoridades" foram recebidas, como a senadora Marta Suplicy e a delegada Marta Rocha. Uma travesti, Jane di Castro, interpretou o Hino Nacional. A cantora Elza Soares, no palco, recitou uma poesia e cantou à capela. Ainda antes do início dos discursos, muitas fotos foram tiradas. O superintendente, de mãos dadas e erguidas com o governador e o secretário, em pose de vitória.

Lideranças de movimentos LGBT da capital e de outros municípios do estado, o secretário de Administração Penitenciária, deputados, representantes da Defensoria Pública, das secretarias estaduais de Saúde e Educação foram algumas das autoridades que tiveram presença registrada. No palco e na plateia.

Os discursos ressaltaram a “vanguarda” do estado do Rio de Janeiro no que tange à garantia de “direitos LGBT”.

Um representante da Secretaria Nacional de Direitos Humanos disse: “Rio de Janeiro, vocês são demais! Porque é tanta ação simbólica! [...] vocês realmente são vanguarda e têm feito avançar os direitos e o respeito aos cidadãos”.

O vice-governador do estado, Pezão: “O Rio volta a ser a caixa de ressonância para todo o país [...]”.

O governador, Sergio Cabral: “Hoje já fizemos uma catarse de mudanças e desejos [...] Vocês são corajosos, a Parada Gay mais charmosa é na Avenida Atlântica, com perdão Martha, você que é a grande prefeita de São Paulo [...] fomos o primeiro estado a reconhecer os companheiros do mesmo sexo [...] hoje é um dia em que estamos implementando mais políticas públicas”.

Após os discursos, assistimos ao vídeo da peça publicitária da campanha e, para encerrar a cerimônia, travestis, transexuais, lésbicas e gays superproduzidos entregaram flores aos convidados.

Solenidades como as descritas anteriormente não são simples lançamentos, mas atos públicos que envolvem a montagem de uma cena, reunindo elementos específicos a serem utilizados na produção de uma determinada imagem para a política. E essa parece ser uma especialidade de como a “política LGBT” vem sendo constituída no Rio de Janeiro, em que determinados tipos de evento costumam seguir um mesmo *script*. Quase sempre Jane Di Castro é chamada para interpretar o Hino Nacional e outras canções.³ Nenhuma mesa de abertura se faz sem “autoridades”. Todos os eventos são produzidos como “marcos”.

³ Em uma dessas ocasiões, o superintendente explicou: “Jane di Castro canta o hino em todas as nossas cerimônias públicas para mostrar o lugar que queremos que todas as travestis e transexuais ocupem, um lugar de protagonismo, de agência, de cidadãs”.

A presença das “autoridades” é tida como importante por agregar legitimidade: se o próprio governador está presente, isso garante que a política seja compreendida como um compromisso do estado. Ao se referir a outras cerimônias organizadas pela SuperDir que contaram com a presença do governador, entre outras figuras de destaque na gestão do governo, Cláudio Nascimento diz:

[Essas grandes cerimônias], todas elas tiveram a presença do governador e de secretários importantes. Isso foi para quê? Para demarcar que a política pública de combate à homofobia no estado, em função dos direitos da população LGBT, era uma política que fazia parte de uma agenda prioritária, não era um penduricalho. Então, isso foi importante, do ponto de vista simbólico e político, para reafirmar esse lugar institucional dentro da gestão.⁴

A campanha foi alardeada como a primeira do tipo na América Latina, mais uma vez investindo na imagem de “vanguarda”. Orçada em R\$ 4 milhões, as peças publicitárias contavam com cartazes, inserções em rádio, TV e mídia impressa, além de materiais promocionais, como bolsas, bonés, camisetas, chinelos, cadernos e barracas de praia. O investimento nessa campanha aponta para uma preocupação com comunicação, divulgação e boa relação com a imprensa em sentido mais amplo. Não basta fazer a política bem feita, é preciso fazer e investir para que a política apareça bem feita. Esse tipo de orientação diz algo sobre as formas por meio das quais o “Estado” representa a si mesmo. O espetáculo e a cerimônia da afirmação política – rituais encenados como parte da tecnologia de administração do poder – produzem um modelo exemplar, que pode ser tomado em dois sentidos: como a representação de um modelo irrepreensível e como mais um exemplar da simulação de um “Estado” idealizado.⁵

⁴ Entrevista realizada em outubro de 2011 no âmbito do projeto Retratos da Política LGBT no Estado do Rio de Janeiro, coordenada pelo LIDIS/UERJ (ver Carrara et al., 2017).

⁵ Essa disposição poderia ser aproximada de um modo livre a algo semelhante ao investimento moral e estético e à relação entre o poder e a sua dramatização, tal como no Estado-teatro elaborado por Geertz (1991).

A retórica que exalta o “pioneirismo” e a “vanguarda” reveste a imagem construída para essa política e é utilizada para falar de todo tipo de “primeira vez”. O *release* divulgado logo após o evento de lançamento da campanha destacava o Hino Nacional cantado por Jane di Castro, ela mesma uma pioneira: “Uma das fundadoras da Parada Gay no Rio de Janeiro e primeira travesti do país a cantar o Hino Nacional em eventos e locais públicos, como o Congresso Nacional e a Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro (Alerj) [...]”.⁶

Ainda nessa mesma ocasião, foi lançado o “Caderno de Ações e Metas do Programa Rio Sem Homofobia” – com 125 ações previstas para serem executadas por diferentes secretarias do estado – e foi anunciada a assinatura do decreto que garantiria o uso do nome social para travestis e transexuais no âmbito da administração pública estadual. Este só seria efetivamente publicado no *Diário Oficial* alguns meses depois, em 8 de julho de 2011,⁷ quando mais um *release* foi liberado para a imprensa:

*A pessoa transexual ou travesti poderá solicitar inclusão do nome social nos registros dos sistemas de informação, cadastros, fichas, requerimentos, formulários, prontuários e congêneres. Essa é mais uma vitória histórica e marcante para esta população, que há muito vem sendo violada em seus direitos humanos. O Rio de Janeiro é um exemplo para o país!”, orgulha-se o superintendente de Direitos Individuais Coletivos e Difusos da Secretaria de Estado Assistência Social e Direitos Humanos, Cláudio Nascimento.*⁸

⁶ Uma leitura particular poderia ser feita a respeito da execução do Hino Nacional, realizada não só em eventos chamados por instâncias do governo, mas também em seminários e outros eventos organizados pelo movimento social e nas Paradas do Orgulho. O hino, na imensa maioria das vezes, é cantado por uma travesti/transsexual, e a realização reiterada desse “ato cívico” evoca um apelo de inclusão e reconhecimento como cidadãos. O *release* completo de lançamento da campanha pode ser encontrado no anexo C14 (p. 364-6)

⁷ Decreto n.º 43.065, de 08 de julho de 2011. “Art. 1.º - Fica assegurado às pessoas transexuais e travestis capazes, mediante requerimento, o direito à escolha de utilização do nome social nos atos e procedimentos da Administração Direta e Indireta do Estado do Rio de Janeiro”.

⁸ *Release* divulgado pela Secretaria de Assistência Social e Direitos Humanos em 08/07/2011 (grifo meu). Disponível no anexo C15 (p. 367).

Durante o período em que realizei a pesquisa de campo, muitos outros eventos “históricos” aconteceram no espaço do auditório da SuperDir. O lançamento da campanha foi feito alguns dias depois da decisão do STF que reconheceu a união entre pessoas do mesmo sexo. Um mês depois, o espaço sediaria “a maior cerimônia de casamento gay da história”:

Programa Rio Sem Homofobia vai unir 50 casais no próximo dia 22 de junho

O Rio de Janeiro reafirmará, mais uma vez, seu pioneirismo na luta pela igualdade de direitos a gays, lésbicas e transexuais no Brasil. No dia 22 de junho, o Programa Rio Sem Homofobia promove o maior casamento gay coletivo do mundo, unindo 50 casais. Dois terços das uniões estáveis homoafetivas serão celebradas entre mulheres.⁹

Uziel et al. (2012), em artigo que analisa justamente essa primeira celebração coletiva de uniões – outras aconteceriam depois –, notam a cobertura midiática que o evento recebeu nos principais jornais do país e comentam a estratégia de projeção, com vistas à diminuição da homofobia que cercou a ação da Superintendência.¹⁰

A atuação da SuperDir em relação aos “direitos LGBT” teve início em 2007. O órgão tomou para si a tarefa de “combate à homofobia e promoção da cidadania LGBT no estado do Rio de Janeiro”. Em reflexão sobre o conjunto de cerimônias realizadas durante um período de mais ou menos cinco anos de funcionamento, o superintendente avalia:

Então, pra você ver, em quatro anos, cinco anos, nós tivemos sete ou oito cerimônias grandes, importantes, de marcação de lugar de

⁹ Ver “Rio celebra maior casamento gay coletivo do mundo” (*Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro*). Ver anexos C16 e C17 (p. 368 e 369).

¹⁰ Como já discutido no capítulo 3, outra interessante discussão apresentada pelas autoras trata de como o reconhecimento do contrato firmado entre duas pessoas do mesmo sexo pode ter como efeito convertê-las em sujeitos políticos, ao afetar a percepção dos próprios sujeitos como detentores de direitos antes não acessados (Uziel et al., 2012).

visibilidade pública da agenda LGBT no estado. Se você pensar, fora as duas conferências, pode contar aí uns dez grandes eventos; fora as conferências regionais que a gente fez; somando tudo, dá em torno de vinte grandes eventos; fora a campanha [de divulgação do Programa Rio Sem Homofobia], em que foram 15 lançamentos regionais. Então, mostra o volume realmente da presença do estado, inclusive, fora da capital [...]”¹¹

Para compreender um pouco como a “presença do estado”, identificada pelo lugar de “visibilidade pública da agenda LGBT”, tornou-se possível no Rio de Janeiro, cabe retomar parte da trajetória dessa política.

UM HISTÓRICO BREVE

É preciso voltar um pouco no tempo para falar da experiência que possivelmente foi a precursora da retórica do “pioneirismo” da “política LGBT” do Rio de Janeiro. Trata-se da criação do Centro de Referência Contra Violência e Discriminação ao Homossexual – CERCONVIDH – e do Disque Defesa Homossexual – DDH –, serviços que foram lançados oficialmente em junho de 1999 e sediados na Subsecretaria de Pesquisa e Cidadania da Secretaria de Segurança Pública do Estado do Rio de Janeiro.

De acordo com um relatório do DDH, o centro de referência coordenava “iniciativas de formação, sensibilização e capacitação das polícias civil e militar”, entre outras ações de enfrentamento à homofobia. As principais razões para a criação do serviço foram:

i. o reconhecimento da inexistência de uma política de segurança que atendesse às necessidades e especificidades da população homossexual;

¹¹ Entrevista realizada em outubro de 2011 no âmbito do projeto Retratos da Política LGBT no Estado do Rio de Janeiro, coordenada pelo LIDIS/UERJ.

ii. a necessidade de estabelecer canais diretos entre a comunidade homossexual e os órgãos de segurança;

iii. a importância de aumentar os registros de ocorrência de crimes contra homossexuais, para diminuir sua incidência;

iv. experiências localizadas positivas (como em visitas das entidades a Batalhões da Polícia Militar e em encontros com Delegados de Polícia) que indicavam que uma aproximação entre a comunidade homossexual e os órgãos de segurança era possível, sendo preciso ultrapassar tabus e desobstruir os mecanismos de comunicação.¹²

Cláudio Nascimento destaca que a experiência do DDH significou um importante aprendizado de como lidar com a implantação desse tipo de política. Ele pondera que, apesar de nunca ter sido “gestor público”, a participação no processo de criação do DDH configurou-se como uma importante experiência em termos de “lições aprendidas” e especialmente do que “não deveria ser feito”.

A criação, em 1999, do serviço de Disque-Defesa Homossexual, no CERCONVIDH, Centro de Referência de Combate à Violência Homossexual [...], na época, foi um serviço importante, tinha presença, por conta da orientação de como tratar na segurança pública a questão da cidadania, com a entrada do Luiz Eduardo Soares no Governo Garotinho. Na época, o PT estava também na relação, a esquerda também, parte da esquerda que foi eleita, que apoiou aquela famigerada aliança com o Garotinho. Teve então esse espaço do Luiz Eduardo Soares, que pôde contar com a presença da Silvia Ramos, da Lúcia Xavier, da Barbara Soares [...].¹³

¹² Segundo o relatório do primeiro ano de atividades do DDH, durante o período foram atendidos 382 casos. “1º Relatório do Disque Defesa Homossexual – DDH, 2000” (Disponível em: <http://www.ucamcese.com.br/wordpress/wp-content/uploads/2011/06/Relatorio-1ano-DDH.pdf>. Acesso em: maio 2012).

¹³ Entrevista realizada em outubro de 2011 no âmbito do projeto Retratos da Política LGBT no Estado do Rio de Janeiro, coordenada pelo LIDIS/UERJ.

No trecho acima, Cláudio Nascimento refere-se ao contexto político da época, crucial para a compreensão do processo de instalação do serviço. O foco da campanha eleitoral para o governo do estado naquele momento, na qual o vencedor foi Anthony Garotinho (PDT), era a promessa de renovação das políticas de segurança pública, área cuja condução vinha sendo alvo de incisivas críticas dos governos anteriores. Nesse cenário, a figura do antropólogo e cientista político Luiz Eduardo Soares destacou-se como de importância fundamental. Convidado a coordenar o plano de segurança pública da campanha de Garotinho, após a eleição, tornou-se subsecretário de Pesquisa e Cidadania da Secretaria de Segurança Pública do estado, espaço no qual seria implantado o DDH.

Martins (2002), ao analisar parte desse mesmo processo, aponta o contexto político daquele momento, compreendido como favorável à implantação de “um projeto pioneiro em toda a América Latina”. O DDH fazia parte de um conjunto de ações que iriam significar uma nova proposta de políticas de segurança pública para o estado:

[E]ra um programa, entre outros, de um governo ‘moderno’ e atento às necessidades das ditas ‘minorias’ e, por isso, poderia representar uma imagem mais ‘liberal’, mesmo que algumas dúvidas pairassem em relação às alianças políticas e ao comprometimento religioso desse mesmo governo (p. 66).¹⁴

A política de segurança juntamente com outros programas do governo, como os Restaurantes Populares oferecendo refeições ao custo de R\$ 1,00 e a construção do Piscinão de Ramos, funcionavam como uma vitrine de grande apelo popular e catalisavam a atenção midiática para as iniciativas da nova gestão do estado.

Foram três as iniciativas de organizações não governamentais que desembocaram no Disque Defesa Homossexual (DDH): o “Disque-

¹⁴ Aqui, o autor se refere ao governador Anthony Garotinho, de religião evangélica, e que, em um episódio, chegou a declarar ser “contra o homossexualismo”. Ver “Garotinho pede desculpas e aceita projetos de homossexuais”. *Jornal O Globo*, 12/11/2001. Ver anexo C18 (p. 370).

-Violência/Disque Aids”, iniciativa do Grupo Atobá,¹⁵ as denúncias de assassinatos realizadas por meio dos levantamentos do Grupo Gay da Bahia (GGB) e da exposição crescente dos casos na mídia,¹⁶ e as “campanhas de conscientização, como o alerta sobre o ‘boa-noite cinderela’, do Grupo Arco-Íris, realizado em 1997”. Essas ações teriam chamado a atenção para a “necessidade de um acompanhamento mais eficaz dos casos de violência contra o público gay” (Martins, 2002, p. 61). Foi também fundamental para que o projeto tomasse forma a articulação com a Alerj, por intermédio do mandato do deputado Carlos Minc, e a parceria com pesquisadores do Instituto de Estudos da Religião (Iser), do Centro de Estudos de Segurança e Cidadania da Universidade Cândido Mendes (CE-SeC/Ucam) e do Instituto de Medicina Social (IMS/UERJ).

A Secretaria de Segurança cedeu o espaço físico, a linha telefônica e o salário de poucos funcionários alocados na Subsecretaria e o do gerente do DDH, mas o cotidiano do atendimento ficava a cargo de voluntários recrutados dos grupos de militância e da colaboração dos parceiros envolvidos no projeto.

Ao recuperar o trajeto de implantação do DDH, Larvie (2001) relembra que o projeto costumava ser mencionado como uma realização de “custo quase zero” e que aquele governo tomava a “parceria com a sociedade civil como uma medida de baixo custo para aumentar a eficácia de políticas públicas e a eficiência do seu provimento” (p. 29). Entretanto, essa avaliação sobre os custos só foi possível graças ao tempo e à experiência de trabalho que os voluntários do atendimento e outros colaboradores cediam para que o serviço pudesse funcionar. Esse valor agregado não era contabilizado entre os custos do projeto. Apesar disso, as análises sobre a experiência do DDH avaliam a parceria entre movimentos sociais e a administração

¹⁵ O atual Grupo Atobá – Movimento de Afirmação Homossexual, foi fundado em 1985 com o nome de Atobá – Movimento de *Emancipação* Homossexual, tendo sede no bairro de Realengo, na Zona Oeste do Rio de Janeiro.

¹⁶ Cf. Mott e Cerqueira (2001). E para uma análise de como casos de assassinatos de homossexuais eram tratados pela mídia durante o período 1980-2000, ver o trabalho de Lacerda (2006), já citado no capítulo 3.

pública como extremamente positiva, em especial no que tange às políticas de segurança. Esse tipo de esforço conjunto ajuda a “garantir que as estratégias adotadas sejam coerentes em termos conceituais e viáveis em sentido prático” (Larvie, 2001, p. 24).¹⁷

O serviço, inaugurado oficialmente em junho de 1999, foi afetado por uma crise mais ampla, que atingiu a Secretaria de Segurança em março do ano seguinte, resultando na demissão de Luiz Eduardo Soares e, conseqüentemente, na saída da equipe que o acompanhava.¹⁸ De acordo com Martins, a sustentação desse projeto no governo se concentrava nesse conjunto de pessoas. Com a sua saída, tornou-se evidente a “falta de interlocução entre a Secretaria [...] e a coordenação do DDH”, que “só se sustentava pela intervenção direta de Luiz Eduardo e sua equipe, e não numa parceria entre o governo e grupos comunitários” (Larvie, 2001, p. 82). Luiz Eduardo relata que muito tempo foi despendido em persuadir o governador para que os “projetos ganhassem vida própria”:

A única forma de defender nossa política era colocá-la em prática e torná-la real, visível, socialmente reconhecida e aprovada, antes que desse na telha de Garotinho inventar uma ideia qualquer incompatível com nossos programas e com a sequência lógica de sua implantação. Isso me levou a colocar na rua vários projetos ainda insuficientemente amadurecidos e insuficientemente negociados com as polícias, o que reduziu sua qualidade, suas chances de êxito e desgastou minha liderança junto às corporações (Entrevista publicada em Steil et al., 2001, p. 269).¹⁹

¹⁷ Análises sobre a experiência do Disque Defesa Homossexual realizadas pelo grupo de pesquisadores envolvidos no processo podem ser encontradas em “Violência e minorias sexuais”. *Comunicações do Iser*, Rio de Janeiro, ano 20, n. 56, 2001.

¹⁸ Com a justificativa de que havia uma ligação entre Luiz Eduardo Soares e o cineasta João Moreira Salles que, por sua vez, forneceria uma “mesada” para o traficante Marquinho VP, naquele momento procurado pela polícia, o governador demitiu o subsecretário ao vivo, durante a transmissão de um programa de TV. Para a versão do próprio Luiz Eduardo Soares sobre o episódio, ver Soares (2000).

¹⁹ Nessa entrevista, Luiz Eduardo Soares fala sobre o episódio de sua demissão do governo e reflete sobre a relação entre a sua formação como antropólogo e cientista político e a prática na atuação administrativa, em especial sobre a experiência na Secretaria de Segurança Pública do Rio de Janeiro.

O investimento em comunicação, no relacionamento com a mídia e com a opinião pública era uma das estratégias valorizadas pelo então subsecretário para consolidar uma nova política de segurança pública para o estado. Uma aposta que envolvia a “*performance* pública e a construção midiática das *personae* dos gestores”: seria esse o espaço em que “a gestão política intervém na esfera das percepções públicas, das interpretações sobre os eventos da vida cotidiana [...]” (Soares, 2002, p. 22).

Do ponto de vista de Cláudio Nascimento, o ponto fraco naquele momento estava de fato relacionado à falta de estrutura do projeto:

Uma das fragilidades naquele momento é que não havíamos conseguido ainda um acúmulo de forças para que a política que se iniciava tivesse uma consistência maior; do ponto de vista inclusive de sua estruturação. No sentido de ter uma equipe técnica estruturada para a ação, de estar dentro da estrutura da Secretaria, de não ser algo conduzido pelo movimento, que na época foi o que aconteceu. A Secretaria deu o espaço, deu o telefone e era a sociedade civil que dirigia o serviço. Na época, a compreensão de parte do movimento era de que isso era bom, então, poucos divergiram; o Grupo Arco-Íris, um ou outro militante, em separado, mas a maioria dizia: ‘concordamos que esse é o caminho que a gente quer agora, e que a gente tem que acumular’. O Arco-Íris continuou participando com uma atitude crítica pública, mas participou. Na época, [...] primeiro foi o Atobá que coordenou com o Fábio, depois foi a Yóne Lindgren, pelo Movimento D’Ellas, eu participava pelo Arco-Íris, a Jussara Bernardes. Nós tínhamos uma crítica muito forte, havia uma reflexão muito grande que a gente estava enxugando gelo, tentando fazer uma coisa que não conseguia ter resposta, que, internamente, ficava no favor [...]. E como também não era reconhecido dentro da estrutura, então você não tinha como mandar um ofício para um outro órgão cobrando uma determinada questão, porque era visto como um serviço da sociedade civil, apoiado pelo governo, mas não necessariamente havia obrigação de setores do poder público de dar resposta para aquilo, principalmente setores de segurança, que eram, e ainda são, os mais resistentes a esse tipo de questão. Então, nós aprendemos, por exemplo, que era preciso estar

dentro da agenda pública, era preciso ser algo assumido pelo governo do estado, algo que estivesse dentro da agenda da Secretaria, algo que tivesse a presença de diversos órgãos [...].²⁰

Martins (2002) reproduz a fala de um “militante”²¹ a respeito do progressivo enfraquecimento do Disque Defesa Homossexual (DDH) após a demissão do subsecretário:

[A]gora nós temos problemas sérios, que aí é uma discussão sobre o DDH, não só sobre o DDH, mas sobre políticas públicas voltadas para a minoria dos setores discriminados na SSP [Secretaria de Segurança Pública], que dá pra pensar o que é política de Estado e o que é política de Governo. Isso é um grande problema hoje, porque, por exemplo, o DDH, num primeiro momento, ficou mais como política de governo, que na verdade é uma política da Secretaria e, à medida que sai o secretário, esvazia, há uma tentativa de esvaziamento total do serviço [...] e aí é que vem o problema que é não só do governo atual, mas também preocupações para nós enquanto organizações e também implementadores de políticas. Porque na política do governo, o governo sai, e sai a política também [...] (p. 80).

Uma vez que a gestão foi trocada, os laços e as alianças que contribuía para o andamento do projeto foram perdidos, e a política, desestruturada. Como não existia nenhum estatuto formal

²⁰ Entrevista realizada em outubro de 2011 no âmbito do projeto Retratos da Política LGBT no Estado do Rio de Janeiro, coordenada pelo LIDIS/UERJ.

²¹ Para o desenvolvimento de seu trabalho a respeito do processo de implantação do Disque Defesa Homossexual, Martins (2002) utiliza como recurso analítico a distinção dos atores envolvidos no projeto em “três categorias: os militantes, os executores [aqueles que gerenciavam o serviço] e os pesquisadores”, como no trecho: “Correndo o risco de ser simplista, eu poderia dizer que a violência tinha para cada participante do projeto um significado: como dado a ser colhido e relativizado (pesquisadores), um problema a ser administrado (executores) e uma fonte de exposição na mídia para certas reivindicações e fortalecimento da ‘luta política’ e um certo discurso de ‘vitimização’ (militantes)” (p. 16-7). Para o autor, naquele momento entre tais categorias “havia uma disputa, nem sempre velada, pelo controle do serviço e pela definição do seu ‘verdadeiro’ papel” (p. 75). Como será visto logo adiante, apesar de ter encontrado uma distinção semelhante entre três categorias de sujeitos durante a minha pesquisa de campo, não poderia dizer que a minha interpretação sobre as relações estabelecidas entre elas seja semelhante à do autor.

estabelecendo o serviço, seu funcionamento ficava vulnerável às vontades da administração responsável.²²

Os então "homossexuais" não foram a única "minorias" priorizada pelo programa desenhado pela equipe multidisciplinar da Subsecretaria de Segurança. Centros de Referência de Proteção de Minorias foram criados com ênfase na violência contra a mulher, negros, crianças e adolescentes. Silvia Ramos, que na época ocupava a posição de subsecretária adjunta, explica que a proposta era "de incorporação de conhecimentos, cultura, prioridades e potencialidades de comunidades delimitadas pela vulnerabilidade específica à violência". Os centros de referência visavam a:

i. romper o círculo vicioso de desconfiança, ressentimento, medo e intolerância, de parte a parte, na relação entre polícia e minorias;

ii. aproximar segmentos fragilizados diante da violência, que nunca ou raramente tinham sido incluídos nas prioridades de políticas de segurança;

iii. aproveitar a parceria desses setores e desenvolver programas de cooperação em relação às tarefas de sensibilização e capacitação dos profissionais de segurança e de outros funcionários do estado em relação aos direitos das minorias e à valorização das diferenças;

iv. usar o conhecimento e o potencial de mobilização desses grupos para desenvolver políticas de prevenção à violência mais eficientes, compreensivas e inteligentes (mimeo, s/p).

De acordo com Ramos, o centro de referência de combate à violência contra homossexuais, do qual o DDH fazia parte, foi o primeiro a ser implantado e, assim, serviu de modelo para os demais,

²² Em março de 2000, o deputado Carlos Minc chegou a protocolar uma proposta de lei (Projeto de Lei n.o 1.370/2000) que objetivava transformar o projeto do DDH em um serviço permanente da Secretaria de Segurança Pública do Estado do Rio de Janeiro. De acordo com o *site* da Alerj, o último movimento de tramitação do projeto data de 2008.

sempre envolvendo protagonistas dos respectivos movimentos sociais e organizações que já tratassem dos temas. As atividades começaram com aulas para policiais, ministradas por integrantes do então chamado “movimento homossexual”, e visitas de grupos de travestis a batalhões da Polícia Militar.

A ênfase na produção de dados, é importante notar, era uma orientação ampla e geral das políticas pensadas pela equipe coordenada por Luiz Eduardo Soares, que, não por coincidência, estava alocada na Subsecretaria de Pesquisa e Cidadania. Em relação à violência contra homossexuais, até aquele momento, os únicos dados existentes provinham das notícias de jornal contabilizadas pelo GGB e, em sua maioria, tratavam de assassinatos. Sendo assim,

a primeira providência ao criar o Disque Defesa Homossexual (DDH) – linha de atendimento direto à população homossexual dentro da Secretaria de Segurança – foi a criação de um banco de dados com registros detalhados dos casos atendidos pelos voluntários do movimento gay (Ramos, mimeo., s/n).

Um dos diferenciais da implantação do DDH foi o envolvimento de pesquisadores na articulação, decisivo para que o serviço não funcionasse apenas para o atendimento de vítimas. Cada atendimento gerava uma ficha de cadastro que alimentava diretamente um banco de dados. Havia o entendimento de que, além de aprofundar a compreensão dos tipos e das formas de violência que acometem “homossexuais”, para usar os termos da época, os dados poderiam funcionar como instrumento de pressão para o fomento de políticas direcionadas a estes. Outro diferencial do atendimento, correlato a esse primeiro, era o fato de os dados coletados partirem diretamente das vítimas, e não de notícias de jornal, o que permitiu que dinâmicas variadas de discriminação e agressão relacionadas à homofobia fossem vislumbradas para além dos assassinatos veiculados pelos jornais (Ramos, 2001).

Em artigo no qual percorrem o tipo de conhecimento produzido nas relações entre ativismo LGBT e academia, Silvia Ramos e Sergio Carrara (2006) debruçaram-se sobre dados produzidos pelo GGB,

pelo DDH e pelos *surveys* aplicados nas Paradas do Orgulho LGBT. Os autores destacam o final da década de 1990 como um momento de inflexão que marca a conversão da denúncia em ação. Os autores argumentam que o movimento homossexual, em contraste com o movimento negro ou as mobilizações contra a “violência de gênero”, foi lento em dar início à proposição de ações efetivas, fixando-se “durante muito tempo num modelo estereotipado de ‘violência contra homossexuais’ (os assassinatos)” (Ramos e Carrara, p. 198).

Como já comentado no capítulo 3, a análise dos dados levantados por meio do DDH revelou a “intensidade de dinâmicas cotidianas e silenciosas de homofobia”: a maioria das denúncias se referia a agressões verbais e físicas, a discriminações vivenciadas em locais de comércio, trabalho, escola, família e vizinhança, revelando em grande dimensão a ocorrência de “crimes não espetaculares e não letais, gerados e vividos em escala microsocietária, na esfera da família e de conhecidos. Uma criminalidade, em geral, “sem fins lucrativos”, em que vítimas e agressores compartilham das mesmas redes sociais (Ramos, 2001, p. 193). Essa dinâmica viria a ser corroborada pelos levantamentos dos diversos *surveys* aplicados nas Paradas do Orgulho até o presente momento.²³ Então, uma outra compreensão da violência associada à homofobia surgiu a partir da reunião de novos dados, tendo como consequência a possibilidade da assunção de novas formas de ação:

As experiências do tipo do DDH e as pesquisas desenvolvidas a partir da década atual passaram a demonstrar que, em contraste com as dinâmicas de violências de gênero e de racismo (que por serem mais homogêneas permitem respostas focalizadas), a homofobia opera com muitas variáveis e engloba fenômenos díspares, que vão desde discriminações na esfera doméstica a crimes com fins de lucro. Por

²³ A título de exemplo, a última pesquisa realizada na Parada do Rio de Janeiro, em 2012, revelou que 70% dos entrevistados já haviam sofrido algum tipo de discriminação relacionada à orientação sexual/identidade de gênero. Entre “homens homossexuais”, 62% das situações de discriminação ocorreram em contextos que envolvem relações sociais de proximidade, como família, amigos e vizinhos. Para “mulheres homossexuais”, a porcentagem de discriminações no mesmo contexto foi de 40% (Pesquisa *Mobilização, Violência e Políticas LGBT- Parada Orgulho, Rio 2012*. Ver Carrara et al., 2017).

essa razão, as estratégias de enfrentamento desses fenômenos e os discursos produzidos pelo movimento homossexual têm que reconhecer essa complexidade e mobilizar demandas específicas para diferentes violências (Ramos e Carrara, 2006, p. 198).

A experiência do DDH disparou, na época, a implementação de outras iniciativas semelhantes em Belo Horizonte, Brasília e Goiânia. O Centro de Referência e o DDH continuaram a funcionar de forma bastante enfraquecida até 2006. Durante esse período, houve algumas tentativas de reestruturação, mas a sistematização dos dados foi descontinuada.

As análises sobre tal experiência “pioneira”, realizadas por alguns dos responsáveis pelo projeto, conferem importância também ao significado simbólico de criar estruturas no plano governamental especificamente voltadas para o combate desse tipo de violência. Luiz Eduardo Soares, em avaliação dos efeitos das ações por ele capitaneadas, enfatiza especialmente três políticas que, segundo a sua visão, ocuparam lugares simbolicamente “desestabilizadores” no sentido de refundar valores e padrões: “a Campanha de Desarmamento, o Centro de Referência contra a Discriminação Homofóbica e os projetos contra a violência doméstica”.

[C]olocávamos em xeque a matriz em que se articulava a constelação semiológica dominante, em cuja sintaxe combinavam-se poder enquanto afirmação falôcentrica, armas de fogo e estigmatizações homofóbicas e misóginas. Essa conexão triádica produzia um enunciado latente de natureza sexista, discriminatória e intrinsecamente subordinado à violência que, supostamente, destina-se a combater ou controlar. Em síntese, esse triângulo simbólico enunciava a mensagem: a ordem, os atores e os instrumentos que a produzem são masculinos, não havendo lugar, em sua estrutura, para a diferença, cuja integração imporia uma inflexão radicalmente democrática e pacífica ao conceito e às práticas da segurança pública (Soares, 2002, pp. 29-30).

Com sentido semelhante, Silvia Ramos avalia que as ações propiciavam um novo repertório de amplo alcance de imagens e representações sobre homossexualidade e direito à diferença:

O impacto provocado por esse tipo de atividade revelou que essas iniciativas podem ter um alcance maior do que apenas as próprias populações diretamente beneficiadas (as minorias). Elas mobilizam extraordinário interesse da mídia, despertam outros setores da sociedade sobre o potencial de mudanças que podem ocorrer no âmbito da segurança (por exemplo, estimula a participação de associações de moradores) e, por extensão, como num círculo virtuoso, as ações atingem de volta a própria polícia, que pode descobrir numa 'aula' com um professor do movimento gay ou do movimento negro – pela valorização que a atividade recebe na televisão, na família ou entre os colegas – uma oportunidade para desidentificar-se dos estigmas da incivilidade e para aderir a signos da urbanidade e da modernidade (Ramos, mimeo, s/p).

Ainda de acordo com essa autora, o interesse e o respeito com que a mídia veiculou dados e ações do DDH foram fundamentais nesse processo de “construção de experiências” e tiveram repercussão nas relações estabelecidas entre “militância, órgãos de governo, mídia e sociedade”. Silvia Ramos destaca especialmente o impacto midiático de um primeiro encontro entre militantes e policiais:

No caso do Rio de Janeiro, o tratamento que a mídia deu a uma aula (apenas uma, mas com enorme significado simbólico) que o secretário geral da ABGLT, Cláudio Nascimento, ofereceu à polícia civil antes da implantação do DDH expressa essa dinâmica curiosa de reversão de expectativas, em que um grande preconceito pode se converter em um símbolo de modernidade para uma instituição policial que quer parecer nova e se identificar com o profissionalismo (2001, p. 64).²⁴

²⁴ Ver anexos: “Policiais se preparam para atendimento modelo”, jornal *O Globo*, 2 de março de 1999; “Política do rosa-choque muda a relação dos policiais com homossexuais no Rio”, jornal *O Globo*, 27 de junho de 1999; “Homossexuais sofrem extorsões”, jornal *O Globo*, 9 de setembro de 2000;

Essas avaliações do sentido simbólico de uma política falam sobre implicações que se estendem para além do cotidiano de um serviço ou projeto. E aqui, mais especificamente, permitem-nos indagar a respeito de como as relações de gênero, intrincadas com concepções a respeito de sexualidade, podem provocar perturbações e atribuir características específicas a gramáticas de formulação e implantação de políticas governamentais. Volto mais adiante a tratar do que diz respeito às interpelações de gênero que esse tipo de política pode imprimir em determinadas instituições e sujeitos. Por ora, gostaria de destacar o profundo investimento em uma nova perspectiva que recobria um conjunto de iniciativas, entre as quais o Disque Defesa Homossexual e o Centro de Referência de Combate à Violência contra Homossexuais.

Há certa continuidade entre o processo precursor de fins da década de 1990 e a história mais recente da “política LGBT” no Rio de Janeiro: o pioneirismo, a inovação, o investimento na relação com a mídia e, como será visto a seguir, a articulação entre pesquisadores, ativismo e executores de políticas envolvidos no esforço de “fazer do tema da violência contra os homossexuais um problema de Estado” (Martins, 2002, p. 95).

Apesar de tais processos guardarem certas semelhanças, a SuperDir e seus serviços na capital, ainda que estejam fisicamente localizados no mesmo prédio que a Secretaria de Segurança Pública, estão institucionalmente estruturados na Secretaria de Assistência Social e Direitos Humanos. Tal fato pode provocar o deslocamento da concepção das atividades desenvolvidas. Seria possível argumentar que a assunção de outra compreensão, mais ampliada, sobre a violência homofóbica, vislumbrada por meio de levantamentos como os compilados pelo DDH e, mais tarde, nas Paradas do Orgulho, tenham ampliado também as possibilidades ou a necessidade de respostas para o problema, que claramente não se restringe a uma questão de polícia ou segurança pública. Esse deslocamento descortinou a necessidade de

“Violência no reduto de defesa homossexual”, jornal *O Globo*, 29 de junho de 2003. Ver anexos: C19, C20, C21, C22, C23, C24 (p. 371 a 376).

ações em outros âmbitos, mobilizando redes de assistência e proteção mais amplas do que a policial.

Olhar para iniciativas no plano administrativo governamental implica reconhecer que os “jogos da política” estão atrelados a conexões pessoais, “climas favoráveis”, negociações e arranjos políticos de variadas ordens. Avançando no tempo, alguns antecedentes mais imediatos da implantação da política Rio Sem Homofobia remontam a uma carta-compromisso assinada em 10 de outubro de 2006 pelo então candidato ao governo do estado, Sergio Cabral (PMDB). A carta “Compromissos por um Rio Sem Homofobia” consistiu em um documento acordado com lideranças do movimento local²⁵ e articulado pela deputada federal Cida Diogo (PT) e pelo deputado estadual Carlos Minc (PT), envolvendo dez “compromissos” em troca de apoio. Um pequeno trecho da carta:

Compromissos por um Rio Sem Homofobia

Na qualidade de candidato ao Governo do Estado do Rio de Janeiro acompanho com preocupação a questão do preconceito, da discriminação contra o segmento de gays, lésbicas, travestis, transexuais e bissexuais (GLTB) em nosso estado e reconheço a necessidade de implementação de políticas para o combate à homofobia e promoção da cidadania de GLTB. Sendo assim, caso seja eleito governador do Estado do Rio de Janeiro, assumirei o compromisso de incorporar, nas realizações do governo, o seguinte:

²⁵ Segundo um informe divulgado pelo Grupo Arco-Íris na época, “estiveram presentes no encontro Cláudio Nascimento, membro do Grupo Arco-Íris de Conscientização Homossexual e secretário de ações para os direitos humanos da ABGLT; Julio Moreira, diretor do Grupo Arco-Íris de Conscientização Homossexual; Majorie Marchi, presidenta da Associação de Travestis e Transexuais do Rio; Katia Jones, diretora da Associação de Travestis e Transexuais do Rio; Vera Couto, diretora do Movimento D’Ellas e da equipe Técnica do Centro de Referência contra a Discriminação a Homossexuais do Estado do Rio; Renato Marques, presidente do Grupo Diversidade Niterói; Victor de Wolf, diretor do Grupo Diversidade Niterói; e Rosângela Castro, coordenadora do Grupo Felipa de Souza. Também participaram da reunião a deputada estadual Cida Diogo e o deputado estadual Carlos Minc, que articulou o encontro”. O informe bem como a íntegra da carta-compromisso encontram-se no anexo C26 (p. 380-382). Ver também “Cabral participa de reunião com grupos gays”. *Jornal O Globo*, 10/10/2006 (anexo C25, p. 377-379).

1. Apresentar, nos primeiros dois meses de governo, um plano detalhado para a aplicação da Lei 3.406 de 2000, com (A) capacitação do pessoal da área de fiscalização; (B) divulgação da lei; (C) criação da Coordenadoria de Defesa, Promoção e Garantia de Direitos de GLBT na Secretaria Estadual de Direitos Humanos para sua aplicação; (D) criação do fundo contra a violência, para acolher os valores advindos das multas cobradas aos estabelecimentos penalizados, com a devida participação da sociedade civil no acompanhamento da aplicação desses recursos em ações específicas. Todos esses itens foram definidos na regulamentação e até hoje não foram cumpridos.
(grifo meu).

2. Conceder imediatamente todos os pedidos de pensão para companheiros do mesmo sexo de funcionários públicos estaduais cuja união for devidamente comprovada conforme prevê a Lei 3.786 de 2001. Hoje são mais de 50 pedidos de pensão que se encontram engavetados no Instituto de Previdência do Estado do Rio de Janeiro por preconceito e discriminação.

3. Criar até o quarto mês de governo o Programa Rio Sem Homofobia, ações governamentais de combate à discriminação contra GLBT e promoção de sua cidadania, nas diversas pastas do Executivo. Para isso criará no primeiro mês de trabalho uma Comissão Técnica para Elaboração do Programa, com a participação de entidades de defesa dos direitos GLBT. O governo dotará o Programa de verbas para a implementação de ações nos municípios do estado e no apoio às iniciativas das organizações GLBT.
(grifo meu).

Vemos que entre os compromissos do então candidato constavam a criação de um organismo na esfera de governo para lidar com a “promoção e garantia de direitos LGBT”, a concepção do Programa Rio Sem Homofobia, além de outros “compromissos” que tratavam da elaboração de um “centro de referência contra a discriminação a

homossexuais” e um “Disque Defesa Homossexual”. Sérgio Cabral iniciou o seu mandato em 2007 e foi reeleito em 2010.

Cabe lembrar que, anos antes, Sérgio Cabral, então deputado estadual, e o também deputado Carlos Minc haviam conduzido uma iniciativa importante ao proporem o Projeto de Lei 2.385/2001. O projeto visava a equiparar à “condição de Companheira ou Companheiro” os parceiros do mesmo sexo de servidores públicos estaduais que mantivessem relacionamentos de união estável, estendendo a eles(elas) benefícios previdenciários e direitos civis, como “os preceitos legais incidentes sobre a união estável entre parceiros de diferentes sexos”. O Projeto de Lei foi vetado pelo então governador Anthony Garotinho (PDT), sob a justificativa de “vício de inconstitucionalidade” formal e material, além de “subverter o princípio de separação entre os poderes”.²⁶

Em maio de 2007, durante cerimônia realizada no jardim de inverno do Palácio da Guanabara, Sérgio Cabral, já governador do estado, sancionou a Lei 5.034/07, que, nos moldes do projeto anteriormente vetado, prevê a concessão de benefícios para parceiros de mesmo sexo de servidores públicos.²⁷ Nessa mesma cerimônia, respondendo a um convite de Benedita da Silva, então secretária da SEASDH, Cláudio Nascimento foi empossado como superintendente de Direitos Individuais, Coletivos e Difusos. Ele conta que as conversas sobre o convite começaram no fim de 2006 e que, a princípio, ele se sentiu “receoso” em aceitar, mas seguiu dialogando com “os setores do movimento” até se sentir seguro quanto à proposta. Naquele momento, Cláudio era um dos diretores do Grupo Arco-Íris e um dos secretários da ABGLT. A SuperDir já era uma estrutura existente na secretaria do governo, mas não estava em atividade:

²⁶ Segundo a justificativa, o projeto contrariava o disposto no § 3.º do artigo 226 da Constituição, no qual a união estável é definida como aquela formada entre homem e mulher, incorrendo, portanto, em “vício de constitucionalidade material”. Além disso, a Constituição fluminense define que matérias envolvendo servidores públicos só podem ser de iniciativa do Poder Executivo e, por ser proposta dos deputados, o Projeto de Lei incorreria em “vício de inconstitucionalidade formal” (ver *Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro*, Poder Legislativo, 7 de janeiro de 2002, Ano XXVIII, n.º 4, Parte II, p. 3).

²⁷ Ver anexos C27 e C28 (p. 383 e 384).

Quando a Benedita veio colocar o convite, eu disse para ela e para o governador, para eles dois, que tinha que deixar claro quais eram as ações prioritárias nessa superintendência, que eu achava até melhor que não fosse Superintendência de Direitos Individuais, Coletivos e Difusos, pois era um nome muito amplo, que fosse algo mais específico, mas já havia essa estrutura vaga e eles acharam que dava para trabalhar o tema dentro dessa superintendência. Eu disse, então, tudo bem, mas priorizando os eixos: a gente estava priorizando como eixo de atuação a questão LGBT, a intolerância religiosa e a discriminação por estado de saúde – três áreas que a gente abarcou.²⁸

Segundo um boletim divulgado em 2007,

[A] Superdir iniciou suas ações de combate à discriminação e promoção da cidadania junto à população GLBT (gays, lésbicas, bissexuais, travestis e transexuais); pessoas discriminadas por estado de saúde (HIV-Aids, tuberculose e hepatites); comunidades de religiões de matrizes africanas; comunidade judaica e outras populações discriminadas em razão de sua nacionalidade, origem, religiosidade, além das intolerâncias correlatas e das múltiplas formas de discriminação.

O novo superintendente assumiu o cargo tendo como meta a criação de um programa de combate à homofobia no estado. Cerca de um mês após a posse, celebrando o 28 de junho, Dia Mundial do Orgulho LGBT, outra grande cerimônia foi realizada no Palácio da Guanabara para a assinatura do decreto que criou a Câmara Técnica para a elaboração do Programa Rio Sem Homofobia, o primeiro do tipo a ser implantado por um estado do Brasil.

De acordo com o decreto, sob a coordenação da SuperDir, a Câmara Técnica seria composta por “especialistas acadêmicos” e organizações da sociedade civil “de renomada *expertise* e trabalho sobre promoção da cidadania e combate à homofobia”, parlamentares

²⁸ Entrevista realizada em outubro de 2011 no âmbito do projeto Retratos da Política LGBT no Estado do Rio de Janeiro, coordenada pelo Lidis-UERJ.

estaduais e representantes de governo da administração pública estadual.²⁹ Mais dois meses se passaram, e uma resolução da SEASDH-RJ, publicada em 14 de agosto de 2007, designou nominalmente os 28 membros a comporem o grupo de elaboração do Programa Rio Sem Homofobia.³⁰

A Câmara Técnica trabalhou durante seis meses, reunindo representantes das secretarias do estado e representantes de grupos de militância. De acordo com Cláudio Nascimento, as primeiras reuniões tiveram como objetivo o “nivelamento de informações” e valeram-se em grande medida dos dados oriundos dos *surveys* realizados durante as Paradas do Orgulho:

Primeiro era necessário a comunidade e os movimentos conhecerem a secretaria, os seus projetos, suas ações existentes e o que já estava planejado em linhas gerais, como poderia ser então encaixado ou como as propostas poderiam dialogar com as políticas gerais existentes, os programas. Além disso, era preciso que a secretaria entendesse quais eram as demandas da comunidade, as questões identitárias, nomenclaturas, todas essas questões, e também analisar quais eram as principais necessidades da comunidade. Para isso, foi muito importante contar com as pesquisas e com o apoio da UERJ e do CESeC. Essas duas pesquisas, de 2003 e 2004, foram base importante para orientar o diagnóstico da política pública estadual [...], o principal dado era aquele que ainda perdura, que menos de 8% das pessoas procuravam os órgãos de defesa dos direitos, portanto, mostrava uma situação de orfandade muito grande da comunidade em face da proteção das suas situações de violação.³¹

Do trabalho realizado durante esse conjunto de encontros da Câmara Técnica, foi elaborado um relatório que serviu de base para

²⁹ Decreto 40.822, de 26 de junho de 2007. Ver anexo C29 (p. 385).

³⁰ Resolução SEASDH-RJ n.º 032, de 14 de agosto de 2007. Ver anexo C29 (p. 385).

³¹ O entrevistado refere-se a Carrara et al. (2003) e Carrara e Ramos (2005). Entrevista realizada em outubro de 2011 no âmbito do projeto Retratos da Política LGBT no Estado do Rio de Janeiro, coordenada pelo LIDIS/UERJ.

o “caderno de propostas”, contendo “metas”, “eixos”, “diretrizes” e “propostas de ação”, apresentado para alimentar as discussões durante o processo das conferências realizadas no estado do Rio de Janeiro, previamente à I Conferência Nacional LGBT de 2008. As propostas buscavam envolver todas as Secretarias do governo do estado.

O decreto que estabeleceu a realização da conferência estadual foi publicado em 28 de fevereiro de 2008. Entre as finalidades do evento aclaradas em seu texto, constava “avaliar e propor estratégias para implantar o Rio Sem Homofobia”. O processo das conferências regionais, oito no total, transcorreu entre os meses de março e abril de 2008, e a conferência estadual aconteceu entre os dias 16 e 18 de maio do mesmo ano, nas dependências da UERJ.

De acordo com o relatório produzido pela SuperDir, as conferências regionais, que elegeram os delegados para a etapa estadual, reuniram aproximadamente cem participantes cada uma, com exceção da conferência da capital, que contou com a participação de cerca de quatrocentas pessoas. Já a conferência estadual mobilizou 341 delegados (263 da “sociedade civil” e 78 do “poder público”) e mais 351 participantes registrados como “observadores” ou “convidados”.

As conferências regionais aconteceram em municípios determinados, mas a responsabilidade pela coordenação dos trabalhos ficou a cargo da Superintendência do governo do estado. Durante a preparação para os eventos locais, a Superintendência precisava mobilizar grupos de trabalho regionais, e não foi em todas as cidades que os coordenadores encontraram o “Movimento LGBT local”, como preconizado no decreto que as convocou,³² e as relações foram estabelecidas de maneiras variadas:

Então, tem lugares que você tem a presença da sociedade civil organizada em grupos, associações e entidades; tem lugares que tem a sociedade civil, mas pessoas que são ativistas independentes, que ainda

³² Segundo o decreto que convocou a conferência estadual, uma das finalidades das etapas regionais era “discutir a interiorização e a ampliação da participação de Movimento LGBT local e gestores públicos locais e eleição dos delegados para a Conferência Estadual” (Decreto n.º 41.196, de 28 de fevereiro de 2008; ver anexo C1, p. 339).

não estão se construindo no coletivo, no movimento, mas que são até muito orgânicos enquanto atuação LGBT na sua cidade, na sua região. Agente encontrou muitos lugares assim, principalmente no interiorzão, que tem sempre uma pessoa que é uma figura representativa; às vezes é uma figura exótica, ou uma figura muito política, mas todos com um papel de influência, de alguma forma, na cena local. [...] Tem lugar que não tem grupo gay, mas tem organizador de parada; tem lugar que tem organizador de festa, mas não sabe nada das questões de direitos de LGBT, mas tem interesse; tem lugar que tem grupos organizados; tem lugar que tem LGBTs que são servidores públicos, de carreira, inclusive, estatutário, e que queriam tratar desse tema também na sua cidade. Com isso, a gente conseguiu talvez uma coisa importante: gerar uma maior capilaridade da cena LGBT dentro do estado [...]. [H]oje eu posso contar com pessoas em pelo menos cinquenta municípios; antigamente, a gente não sabia exatamente...³³

Essa forma de organização das conferências ressalta o seu papel produtor de sujeitos politicamente mobilizados para a questão. Nota-se que a preparação do encontro, coordenada por uma instância de governo e originada por um decreto, alimenta a produção de movimentos sociais e políticos, envolve distintos sujeitos e instrumentaliza discursos.

A conferência estadual contou com a presença de Benedita da Silva, então secretária de Assistência Social e Direitos Humanos do Governo do Estado. Na ocasião, a secretária se comprometeu a criar um serviço telefônico de atendimento para “orientar, acolher e encaminhar LGBT para a rede de proteção social”, centros de referência para o apoio de vítimas de homofobia, o conselho estadual de direitos de LGBT, entre outras ações, todas propostas pela Câmara Técnica do Programa Rio Sem Homofobia. Assim, destaca Cláudio Nascimento, “a conferência de 2008 foi importantíssima para dar a tônica de qual era a agenda, quais eram as prioridades”.

³³ Entrevista realizada em outubro de 2011 no âmbito do projeto Retratos da Política LGBT no Estado do Rio de Janeiro, coordenada pelo LIDIS/UERJ.

Outro “marco” destacado como um dos resultados da conferência de 2008 foi a “Carta Compromisso da Universidade do Estado do Rio de Janeiro por um Rio Sem Homofobia”. O documento, assinado pelo reitor, contemplava sete itens, entre os quais: apoiar a implantação do Programa Rio Sem Homofobia; criar um laboratório de políticas públicas LGBT na universidade; estabelecer atos administrativos, permitindo o uso de banheiros femininos por travestis e transexuais e do nome social; estabelecer resolução punindo atos homofóbicos nas instalações da Universidade e no Hospital Universitário Pedro Ernesto (HUPE/UERJ); e a permissão de acompanhamento em consultas, exames e internações de companheiros/as do mesmo sexo de usuários do HUPE.

Em abril de 2009 foi publicado o decreto que criou o Conselho LGBT do Estado do Rio de Janeiro, vinculado à Superintendência de Direitos Individuais, Coletivos e Difusos. De acordo com o decreto, o Conselho é composto por quarenta integrantes, 40% do “poder público” e 60% da “sociedade civil”. No poder público estão 12 representantes de secretarias do estado e representantes do Ministério Público Estadual (MPE), da Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro (Alerj), da Defensoria Pública Geral do Estado do Rio de Janeiro (DPGE) e da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB-RJ), um para cada órgão, configurando um total de 16 integrantes. As 24 vagas destinadas à “sociedade civil”, segundo o decreto, ficam distribuídas entre “organizações LGBT” (18 vagas), “organizações de Direitos Humanos” (três vagas) e “Especialistas e acadêmicos de renomada *expertise* e trabalho sobre promoção da cidadania LGBT e combate à homofobia” (três vagas).

De caráter “deliberativo”, o Conselho foi criado com a finalidade geral de: “elaborar, acompanhar, monitorar, fiscalizar e avaliar a execução de políticas públicas para lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais”. O decreto de sua criação indica ainda 11 “competências” específicas para o Conselho, todas definidas em termos de “estimular”, “apoiar”, “propor”, “fiscalizar” ações, leis, propostas e iniciativas visando a assegurar ou

promover direitos para a “população LGBT” e combater a discriminação por orientação sexual/identidade de gênero.³⁴

Outro “marco” ou “conquista” do ano de 2009 foi realizado junto à Chefia de Polícia Civil do Estado do Rio de Janeiro. A partir de junho daquele ano, os Registros de Ocorrência lavrados em delegacias do estado permitem assinalar “homofobia” como “motivo presumido” da ocorrência.³⁵

Assim, desde o início de seu funcionamento, a Superintendência de Direitos Individuais, Coletivos e Difusos esteve envolvida com a elaboração do Programa Rio Sem Homofobia, com a organização das conferências LGBT e, eventualmente, com o encaminhamento de denúncias de homofobia que chegavam de maneira não sistematizada ao seu conhecimento. Mas, foi somente a partir de 2010, com a estrutura física de funcionamento e o orçamento garantido, que os centros de referência começaram a funcionar, sendo preciso lidar com um novo tipo de estruturação burocrático-administrativa inerente à gestão desse tipo de serviço.

De acordo com uma publicação do Programa Rio Sem Homofobia, de junho de 2012, até essa data, os centros de referência já teriam realizado mais de 8 mil atendimentos.³⁶ Os centros funcionam por projetos. Então, a cada 12 meses, toda a estrutura montada e as ações planejadas correm virtualmente o risco de serem desmanteladas simplesmente por falta de verba ou “vontade política”. Para remediar essa situação, o esforço feito é o de comprometer parceiros, envolver outras secretarias e promover muita visibilidade para as ações. Espera-se, assim, que a falta de apoio ocasionada por uma eventual troca de gestão, que não seja exatamente apoiadora ou comprometida com “a causa”,

³⁴ Tal qual nos exemplos: “IV – estimular, apoiar e desenvolver o estudo e o debate das condições em que vive a população LGBT urbana e rural, propondo políticas públicas, objetivando eliminar todas as formas identificáveis de discriminação; V – propor e estimular políticas transversais de inserção educacional e cultural, com o objetivo de preservar e divulgar o Patrimônio Histórico e Cultural da População LGBT” (Decreto n.º 41.798, Rio de Janeiro, 02 abril de 2009. Ver anexo C30, p. 386-387).

³⁵ De acordo com uma publicação do Rio Sem Homofobia, entre junho de 2009 e setembro de 2012, foram lavrados 1.397 registros, constando homofobia como motivo presumido. Revista *Rio Sem Homofobia*, ano 1, n. 1, jun. 2012.

³⁶ Revista *Rio Sem Homofobia*, ano 1, n. 1, jun. 2012.

inviabilize a descontinuidade dos serviços, diante do constrangimento que seria causado à população atendida, ao movimento social e a outros gestores e parceiros envolvidos.

O superintendente Cláudio Nascimento comenta o processo de estruturação que visa a transformar uma “política de governo” em uma “política de Estado” e ressalta o papel das parcerias envolvidas:

Eu acho que é um processo também de construção do LGBT, o Centro de Referência, o Disque, todos esses serviços ainda estão em processo de consolidação, [...] eu acho que vai precisar de um tempo para essa política ir se estruturando até 2014. Eu acho que aí, mesmo que entre em outra gestão, ela simplesmente não poderá varrer a existência desse serviço, ela pode questionar o formato, mudar uma coisa ou outra na estrutura, mas tirar totalmente é complexo, porque não é como era anteriormente, um projeto com a sociedade civil, que era só acabar o convênio ou acabar a relação, ‘me dá a sala porque preciso da sala e tchau’. Não, envolve uma universidade também, envolve outros órgãos públicos na rede de proteção, então modifica a relação (grifo meu).

[...]

Então eu acho que é um pouco isso, se me perguntarem hoje se as políticas existentes estão mais para políticas de governo ou políticas de Estado, eu vou dizer que todas elas ainda estão como política de governo. Mas em processo de entrar numa atmosfera de transição para política de Estado. Iniciando ainda muito devagar, porque política pública precisa levar dez, quinze anos para se estruturar de fato, tem que passar pelo menos por duas ou três gestões diferentes pra aquilo se consolidar como algo que não é mais de alguém, que não é mais porque aquele projeto, aquele político, aquele gestor apoia, por mais que precise disso para iniciar, mas é necessário que ela se consolide.³⁷

³⁷ Cláudio Nascimento, em entrevista realizada em outubro de 2011, no âmbito do projeto Retratos da Política LGBT no Estado do Rio de Janeiro do Laboratório Integrado em Diversidade Sexual e de Gênero, Políticas e Direitos – Lidis-UERJ.

Outra estratégia de consolidação do serviço passa pelo reforço do enfoque no combate à violência, mais do que na “promoção de direitos”. Dessa forma, acredita-se que seja mais fácil lidar com possíveis oposições, como aquela encarnada em algumas lideranças religiosas:

Uma coisa é impressionante, você pode analisar. Até hoje o Silas Malafaia e todos esses evangélicos batem na lei anti-homofobia, mas não batem no Rio Sem Homofobia. Pode reparar, não tem uma matéria falando contra o Centro de Referência, contra o Disque. [...] Eu acho que aí houve um acerto da política, com a participação da sociedade civil, com o poder público, de focar conceitualmente a estratégia de criação do serviço na questão do combate à violência [...]. Foi uma coisa muito pensada antes. Silvia Ramos, Sergio Carrara, Julio Moreira, eu, Marcio Caetano sentamos e discutimos isso, vamos focar. Cabral falava disso também, 'Minc, vamos focar na violência, porque aí como esses setores que dizem que defendem o direito à vida vão concordar que a pessoa seja assassinada?'.³⁸

O primeiro Centro de Referência foi inaugurado em Nova Friburgo. Em seguida, foi aberto o da capital, em 01 de julho de 2010, junto com o lançamento do Disque Cidadania LGBT. O seguinte foi inaugurado em Duque de Caxias, em agosto de 2011 e, em junho de 2012, foi estabelecido o Centro de Niterói. E a perspectiva de expansão e abertura de novos centros é sempre destacada. Quanto mais equipamentos instalados, maior é a dimensão da política, não só no sentido estrutural, mas também no simbólico.

As ações do programa Rio Sem Homofobia lograram desdobramentos interessantes. Além da possibilidade de apontar o “motivo presumido” como homofobia em registros de ocorrência, articulado junto à polícia civil, e o uso do nome social em estabelecimentos públicos do estado, já mencionados anteriormente, foi realizada uma parceria com a Acadepol para a formação de 1.200 agentes da polícia civil.

³⁸ Cláudio Nascimento, em entrevista realizada em outubro de 2011, no âmbito do projeto Retratos da Política LGBT no Estado do Rio de Janeiro do Laboratório Integrado em Diversidade Sexual e de Gênero, Políticas e Direitos – Lidis-UERJ.

A ação chamada “Jornada Acadepol de Formação para a Promoção da Cidadania LGBT, da Liberdade Religiosa e Direitos Humanos” é parte de um projeto maior que visa à formação de mais de 7.000 profissionais da segurança pública do estado do Rio de Janeiro. Outra ação, realizada em articulação com a Defensoria Pública do estado do Rio de Janeiro, foi a criação do Núcleo de Defesa da Diversidade Sexual e Direitos Homoafetivos – Nudiversis. E aqui várias outras iniciativas poderiam ser mencionadas.³⁹

Cláudio Nascimento explica como a comunicação foi considerada uma área estratégica para o sucesso da política, um caminho para dialogar com a “conjuntura”, produzir “climas favoráveis” e ter um grupo de interlocutores preparado e qualificado para lidar com negociações entre diferentes setores, ainda que muitas dessas experiências sejam lições que têm por base táticas de *advocacy* utilizadas há muito tempo pelo movimento de mulheres:

Agente chegou à conclusão de que era importante, no início do programa Rio Sem Homofobia, anunciar primeiro e fazer depois, dar um tiro de costas para frente, para sentir como aquilo iria repercutir na sociedade de apoio e, ao mesmo tempo, para ter um espelho para refletir para dentro do próprio governo. Então, você pode olhar, desde 2007 pra cá, boa parte das coisas até 2010, primeiro a gente anunciava e depois lutava pela sua implementação internamente [...], a gente fazia uma combinação de comunicação com implementação, pra servir esse lugar também de consulta [...] E aí tem gente que confunde isso com politicagem de governo, para aparecer, só que na verdade essa é uma estratégia no sentido de gerar uma incidência, porque todas as estratégias de votos políticos trabalham assim com três elementos importantes: 1) criação de climas sociais favoráveis, comunicação; e aí entra outro, 2) a comunidade mobilizada no sentido da política; e 3) um grupo de interlocutores qualificados para lidar com a agenda numa determinada

³⁹ Todas as ações do programa são divulgadas no site: <http://www.riosemhomofobia.rj.gov.br/>.

*negociação. E foi um pouco nesse sentido, utilizando a experiência das mulheres.*⁴⁰

O investimento na visibilidade e na comunicação da política não é feito apenas por meio da montagem planejada em eventos como os já tratados anteriormente, ou da sua campanha publicitária. O Rio Sem Homofobia e as ações da Superdir são assessoradas por uma equipe de comunicação especialmente contratada para tal. Essa equipe atua em diálogo com a Subsecretaria de Comunicação Social do governo e trabalha para pautar matérias publicadas na imprensa oficial no estado do Rio de Janeiro, bem como se dedica a conseguir espaço em outras mídias de alcance nacional.

Diferentemente de outras estruturas do governo do estado, o Programa possui um *site* próprio, que procura usar uma linguagem “mais próxima da comunidade”:

*[...] o governo morre de medo de comunicação descentralizada, a comunicação de todas as secretarias tem uma conta única, para todos os órgãos, mas nós fizemos, temos as nossas próprias contas. A superintendência tem suas próprias contas. Isso também nos deu uma capacidade, inclusive em 2010. Diz um estudo interno do governo que a nossa ata foi uma das que mais apareceram na agenda pública do estado, 2010 e 2011, um estudo da Casa Civil, eles fazem um estudo de quantas vezes apareceu, por centimetragem, aquele órgão de governo, o quanto ele influencia na sociedade, na opinião pública. Só que são relatórios que eles fazem para o governador; não é uma coisa pública para todo mundo, não, porque é de mais interesse de como caminha a política do governo e tal. Isso tem a ver com essas estratégias. Caramba, você pega o site do Rio Sem Homofobia, 8 mil seguidores, para um site de governo! Talvez porque soubemos alimentar essa forma de linguagem com a comunidade.*⁴¹

⁴⁰ Cláudio Nascimento, em entrevista realizada em outubro de 2011, no âmbito do projeto Retratos da Política LGBT no Estado do Rio de Janeiro do Laboratório Integrado em Diversidade Sexual e de Gênero, Políticas e Direitos – LIDIS/UERJ.

⁴¹ Idem.

Os Centros de Referência de Combate à Violência e Promoção da Cidadania LGBT representam o esforço na criação de uma nova estrutura administrativa no âmbito governamental. Portanto, precisam se adequar a todos os arranjos administrativo-financeiros que incidem sobre uma estrutura como essa, ao mesmo tempo que necessitam lidar com os “efeitos de produção de um aparato institucional” desse tipo em relação ao público que se pretende atingir:

Então, também eu acho que o papel de uma gestão pública que trabalha com direitos humanos é entender que só se fazem direitos humanos e promoção da cidadania se tiver políticas de gastos [...] tanto elaborando a proposta como avaliando se ela está seguindo o caminho correto [...]. Então, às vezes, você pensa um caminho, dois anos depois você olha para trás e pensa que não era a melhor estratégia. É um pouco diferente da ideia de planejamento que se tem, por exemplo, para a área mais de obras públicas, de planejamento estratégico, de urbanização, onde você pode fazer um planejamento estratégico mais físico, orçamentário. [...] É preciso compreender e construir, e avaliar também esse processo fenomenológico diante da estruturação dos próprios movimentos. Uma agenda que era prioridade da comunidade LGBT em 2007 não é a mesma agenda de 2009, que não será a mesma de 2012. Então, logo esses planejamentos também precisam ser readaptados seguindo uma nova perspectiva [...].

[...] agora, assim, não ter outra superintendência para poder balizar, comparar, será que o que a gente tá fazendo tá certo, tá correto? Não tem, eu não tenho hoje no Estado brasileiro, ou em outro estado, uma estrutura aberta que eu possa dizer assim, entendeu? Qual é? A gente tá fazendo certo, tá fazendo errado, tá fazendo pouco, tá fazendo muito? Então, é pra mim um caminho no escuro também, um caminho de gato no escuro.

A relação de proximidade entre movimentos sociais e governo vem sendo crescentemente notada nos últimos anos, e, sem dúvida, foi essa proximidade que possibilitou tantas ações consideradas bem-

sucedidas. Mas, como expõem Vianna e Carrara (2007), ao mesmo tempo se indaga se tal proximidade, uma atuação da sociedade civil que muitas vezes passa mesmo pelo interior de esferas administrativas governamentais, também não teria como consequência a redução de seu potencial crítico. Essa aproximação pode ser notada com o surgimento de centros de referência, coordenadorias e programas diversos voltados para "população LGBT", deixando transparecer conflitos inerentes ao processo de criação e à condução de políticas públicas. Possivelmente, são efeitos do deslocamento de posições de poder e, em consequência, das relações que se estabelecem por meio delas.

Aprofundando uma angulação dessa dimensão, a seguir procuro refletir sobre parte das relações estabelecidas entre movimento social, governo e universidade no processo de implantação dos centros de referência do Rio de Janeiro.

UMA EXPERIÊNCIA NO EXERCÍCIO DA ADMINISTRAÇÃO COTIDIANA DE "NOVOS" SUJEITOS

[...] state does not simply handle clients or employ staff but produces state subjects, as bureaucratized, dependent, disciplined, and gendered [...] state does not simply address private needs or issues but configures, administers, and produces them (Brown, 2006, p. 203).

Em dezembro de 2010, um convênio de cooperação técnica foi firmado entre a Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) e a SEASDH-RJ para, entre outras ações, apoiar a implantação dos Centros de Referência de Combate à Homofobia e Promoção da Cidadania LGBT (CR LGBT).

O convênio acordado cumpria a função prática de ser uma forma de repasse financeiro para a execução de parte das ações do Programa Rio Sem Homofobia. Por meio desse convênio, a UERJ passava a ser a gestora de recursos para pagamento de pessoal e demais ações do

projeto. Em um primeiro momento, a verba veio do governo federal, por intermédio da Secretaria de Direitos Humanos, e, depois, do próprio governo do estado.

Esse convênio provocou a criação do Laboratório Integrado em Diversidade Sexual e de Gênero, Políticas e Direitos (Lidis) na UERJ. Pensando na articulação dessa iniciativa com o meu tema de pesquisa, aproximei-me dos pesquisadores do Lidis e passei a participar de algumas de suas atividades como pesquisadora-colaboradora e a acompanhar as ações de apoio à implantação do CR LGBT. A proposta desse convênio apresentou-se como um espaço-chave para a realização do trabalho de campo, uma vez que estabeleceu uma parceria entre atores localizados na universidade e na gestão pública, em colaboração com o ativismo social, visando à implantação de uma política governamental específica, direcionada à “população LGBT”. E ainda por ter permitido um tipo de inserção bastante privilegiada e particular no campo da pesquisa, por meio de um grupo de pessoas que vêm sendo as responsáveis pela construção de “políticas LGBT” no estado do Rio de Janeiro na atualidade.

Desde então, acompanhei de maneira sistemática esse processo, participando diretamente das conversações entre o Laboratório da UERJ e a SuperDir, em ações voltadas para a implantação, o monitoramento e a avaliação dos CR LGBT e de algumas outras atividades vinculadas ao Programa Rio Sem Homofobia.

Voltando à cena 8, apresentada algumas páginas atrás, a partir da inauguração desse conjunto de serviços direcionados à “população LGBT”, passei a acompanhar essas movimentações no estado do Rio de Janeiro. Para tal, participei de reuniões com a equipe da SuperDir e também tive acesso a alguns documentos-base do projeto.

Os objetivos do termo de cooperação firmado em 2010 (e que em 2013 chegou ao seu terceiro ano de renovação) entre a secretaria de governo e a universidade do estado abarcavam:

i. Apoiar, no período do Convênio, a SEASDH/Superdir na complementação da equipe técnica para a implementação e o monitoramento do Programa Rio Sem Homofobia e os serviços do

Centro Metropolitano de Referência no Combate à Homofobia e Promoção da Cidadania LGBT;

ii. Apoiar, no período do Convênio, a SEASDH/Superdir na avaliação da implantação do Programa Rio Sem Homofobia, bem como os resultados do impacto social em todos os serviços na população beneficiada do estado do Rio de Janeiro;

iii. Apoiar a criação de sistema de informação e coleta de dados interligados entre todos os serviços de atendimento da SEASDH/Superdir, nas áreas de promoção da cidadania LGBT e combate à homofobia;

iv. Criação/implantação de programa de estágio com objetivo de contribuir para a formação profissional de estudantes das mais diversas áreas de conhecimento dentro dos serviços de atendimento da SEASDH/Superdir;

v. Parceria com os Programas de Iniciação Científica e de Bolsas de Extensão da UERJ, com o objetivo de contribuir para a formação acadêmica de estudantes das mais diversas áreas de conhecimento e desenvolvimento de pesquisas dentro dos serviços de atendimento da SEASDH/Superdir.

Durante a minha observação e participação nas ações do convênio, durante os meses de dezembro de 2010 e janeiro de 2011, acompanhei o processo de formulação do edital e seleção da primeira equipe de profissionais que compôs o CRLGBT. Ao longo desse processo, foi interessante perceber quais eram as características de formação pessoal e profissional consideradas desejáveis para a seleção da equipe de trabalho do serviço, como, por exemplo, que a equipe fosse diversa em termos de sexo, orientação sexual e cor/raça, inclusive uma tentativa de que na seleção houvesse uma reserva de vagas de trabalho para travestis e transexuais, o que se mostrou juridicamente inviável.

Durante o mês de fevereiro de 2011 participei do seminário de formação da equipe enfim selecionada; entre abril e outubro do mesmo ano estive presente em alguns dos encontros de supervisão e formação da equipe de profissionais que atuavam no serviço (advogados, assistentes sociais e psicólogos, em sua maioria). Participei também de reuniões das comissões de trabalho responsáveis por elaborar um sistema informatizado que deveria contemplar todos os Centros de Referência LGBT a serem estabelecidos no estado do Rio de Janeiro e também um protocolo de fluxo e de rotina de atendimento para todos os Centros.

Nesse processo, várias questões curiosas se apresentaram, como, por exemplo, discussões sobre como deveriam aparecer definições e classificações por cor/raça, identidade de gênero, sexo e orientação sexual nos documentos e nos protocolos oficiais de funcionamento do serviço; ou sobre como a população a ser atendida pelos Centros de Referência poderia ser identificada ou definida; como o próprio atendimento deveria ser classificado; ou como demandas diversas poderiam ser encaminhadas aos aparelhos de proteção social básica do estado do Rio de Janeiro.

O dia a dia de como lidar com essas questões e de como criar consenso entre as pessoas da equipe sobre a melhor forma de conduzir encaminhamentos e atividades não se mostrou de simples execução. Contribuía, nesse sentido, o fato de a grande inauguração do serviço (descrita na cena 8) ter acontecido sem que o formato prático de condução das atividades tivesse sido efetivamente discutido ou estruturado internamente.

Dessa forma, o processo guarda semelhanças com a descrição feita por Gregori (1993a) a respeito das origens do SOS-Mulher de São Paulo, na década 1980. A autora descreve que, naquele momento, a pressa e a ansiedade para que os atendimentos comesçassem a ser feitos impediram uma discussão prévia aprofundada sobre a definição de formas de atuação, ou sobre como o público seria mobilizado e atendido, ou mesmo sobre o que era compreendido como “violência contra a mulher”. O que era consenso consistia na expectativa de que os trabalhos fossem logo iniciados e que produzissem “visibilidade

pública imediata". Acreditava-se também que, entrando em contato com os relatos e as histórias das mulheres atendidas, seria possível definir mais claramente o formato do atendimento (Gregori, 1993a, pp. 34-5). No caso dos Centros de Referência LGBT, havia uma definição ampla sobre quais eram os seus objetivos, mas não de como os procedimentos necessários para que esses objetivos fossem atendidos e encaminhados. O que havia era a expectativa de que, com a contratação de pessoal e a partir da assessoria oriunda do convênio forjado com a universidade, a estruturação do serviço poderia ser feita de forma concomitante com o início de seu funcionamento.

Os objetivos definidos para os centros, em termos gerais, reuniam-se em torno de dois pontos: i) oferecer um serviço de "acolhimento" e "encaminhamento" por meio de "atendimento interdisciplinar (jurídico, social, psicológico)"; e ii) funcionar como um centro produtor e irradiador de informações úteis para a mobilização de políticas públicas "de combate à homofobia e promoção da cidadania LGBT". Um pôster que anuncia o serviço diz o seguinte:

Centro de Referência da Cidadania LGBT
A gente cuida de Você

O que é o CR LGBT?

Precisa de informações sobre seus direitos? Orientações de como agir judicialmente em relação aos mais variados problemas? Quer perguntar sobre saúde? Cirurgia de readequação de sexo ou hormonioterapia? E as uniões estáveis homoafetivas? Sabe tudo sobre elas? Sente-se sozinho? Ou depressivo?

O governo do Estado do RJ coloca à disposição para você, seus amigos e familiares um espaço para chamar de seu.

Objetivos

- *Atender LGBT, familiares e amigos vítimas de discriminação e violência homofóbica;*
- *Orientar LGBT e sociedade em geral sobre direitos civis;*
- *Sensibilizar e capacitar gestores públicos e segmentos da sociedade local sobre homofobia e cidadania LGBT;*
- *Formar e adequar políticas públicas pró-LGBT;*
- *Formar banco de dados estadual sobre homofobia e rede de apoio.*

A equipe dos Centros de Referência é composta por psicólogos, assistentes sociais e advogados, responsáveis pelo atendimento aos “usuários”. Completam a equipe os estagiários dessas três áreas disciplinares e o corpo administrativo de funcionários. Além do atendimento direto ao público que a procura, a equipe dos Centros de Referência também se envolve em ações externas, como oficinas, palestras e atividades de formação.

Os “usuários” podem chegar ao serviço a partir das ligações feitas para o Disque Cidadania LGBT, que mantém sua linha de atendimento funcionando 24 horas por dia; encaminhados por outros serviços e instituições; ou acessando diretamente os equipamentos, que funcionam de segunda a sexta-feira, em horário comercial. Existe também um canal de comunicação no *site* <http://www.riosemhomofobia.rj.gov.br/>, no qual é possível esclarecer dúvidas e solicitar atendimento. Por fim, os Centros recebem denúncias encaminhadas pelo Disque 100, o serviço da Ouvidoria de Direitos Humanos da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República.

A partir do convênio de cooperação acordado com a universidade, os pesquisadores e os professores reunidos no Laboratório Integrado em Diversidade Sexual e de Gênero, Políticas e Direitos (Lidis-UERJ) comprometeram-se com a condução de uma série de atividades, tais como: a supervisão acadêmica e técnica de parte da equipe de psicólogos, assistentes sociais e advogados responsáveis pelos atendimentos nos Centros de Referência; a seleção e o acompanhamento de estagiários para essas três áreas; a organização e a participação em encontros, seminários, entre outras atividades relacionadas ao Programa Rio Sem

Homofobia. Outra consequência da cooperação foi a formação de uma “comissão de monitoramento e avaliação”, reunindo membros da superintendência, os professores e os pesquisadores da UERJ para o acompanhamento do processo de implantação dos Centros de Referência. Esse acompanhamento se deu basicamente em forma de reuniões.

Durante o primeiro ano da parceria, parte da pauta dessas reuniões girava em torno de discussões como as melhores maneiras de formatar rotinas de atendimento, fichas de cadastro, atribuições de cada cargo da equipe de profissionais dos centros etc., ou seja, questões práticas que emergiam do cotidiano dos serviços.

Durante a discussão dessas questões foi possível notar que se desenhava uma disputa no interior da cadeia de comando da administração dos Centros de Referência e que, em parte, havia sido alimentada pela maneira como os quadros profissionais e administrativos do serviço foram compostos. Algumas das pessoas que trabalham no dia a dia do CRLGBT – incluindo todos os que ocupam cargo de gerência e coordenação, portanto, uma posição hierarquicamente superior na estrutura – foram indicadas para o trabalho a partir de relações pessoais, de redes de movimento social e militância LGBT. Outros contratados chegaram até o serviço por meio de um processo de seleção pública conduzido pela UERJ. Todos esses com algum tipo de experiência acadêmica mais ou menos aprofundada e não necessariamente com passagem por organizações LGBT ou outros movimentos sociais. Outro ponto a ser levado em consideração é que alguns daqueles imbuídos da função de gerência e coordenação chegaram ao serviço antes da equipe composta para realizar os atendimentos diretos.

Essa forma de conduzir a seleção de profissionais criou uma configuração interna particular. Os profissionais contratados para o atendimento aos “usuários” – psicólogos, advogados e assistentes sociais – figuram como aqueles investidos do saber “técnico”, sendo esta uma categoria êmica para tratar o saber oriundo da sua formação acadêmico-científica. Já os profissionais encarregados da gerência e da coordenação das atividades dos Centros são aqueles que, a despeito

de também possuírem formação acadêmica, em alguns casos, têm a legitimidade de sua atuação garantida em termos do saber oriundo de sua experiência e prática prévias na militância política do movimento social.

Assim, entre “técnicos” e “políticos” distribuíam-se reclamações. Os investidos do saber “político” diziam que os “técnicos” estariam vivendo pela primeira vez o contato com o cotidiano da população “LGBT” atendida pelos centros. Essa falta de experiência faria com que não compreendessem muito bem os modos mais apropriados de conduzir o trabalho, pois esse não seria um aprendizado a ser garantido nas salas das universidades, mas apenas na experiência prática da vida. Enquanto isso, os “técnicos” queixavam-se de não terem a sua competência valorizada e de serem desinvestidos pela coordenação da autonomia necessária para que o seu trabalho fosse conduzido a contento.

Antes da entrada da equipe selecionada pela universidade, o Centro já fazia alguns atendimentos, e estes eram realizados pelos que agora ocupavam os cargos de comando na estrutura do serviço (os dotados de “experiência política”). Podemos dizer que, se não existiam regras escritas ou formalizadas sobre o modo como esse tipo de trabalho deveria ser conduzido, mas um modo de fazer baseado em “regras derivadas da experiência” (Lugones, 2009), ou seja, mesmo que não contassem com qualquer tipo de “protocolo” ou manual que guiasse a ação, a experiência acumulada era instrumentalizada como um guia para atuação.

Após o acordo de cooperação com a universidade e a entrada da nova equipe, foi preciso dar uma forma mais institucionalizada para as atividades, a qual era esperada para um serviço oferecido pelo governo do estado e prevista como um dos itens do convênio firmado.⁴² Então, a chegada de novos atores ao serviço provocou o questionamento dos modos de fazer postos pelos que já estavam lá, e a falta de formalização das atividades passou a ser discutida e disputada. Os debates a respeito da melhor maneira de conduzir tais processos constituíram um cenário propício para a emergência de conflitos por lugares de

⁴² “Objetivo iii) Apoiar a criação de sistema de informação e coleta de dados interligados a todos os serviços de atendimento da SEASDH/Superdir nas áreas de promoção da cidadania LGBT e combate à homofobia.”

autoridade: O que contaria mais, a competência acadêmica ou a prática política?

Outro personagem nessa composição é “a gestão”, forma também êmica de designar os atores ligados mais diretamente à superintendência responsável pelo gerenciamento dos Centros de Referência e do Programa Rio Sem Homofobia. Todas as questões envolvendo a rotinização administrativa do serviço, como a atribuição de funções e atividades de cada profissional, a distribuição de horários de trabalho, a padronização e os modos de preenchimento das fichas de atendimento, o formato e a periodicidade para a feitura de relatórios, precisavam passar pelo crivo e a aprovação dessa “gestão”. Então, outro nível da disputa emergia entre os profissionais das equipes dos Centros de Referência e a “gestão” da superintendência, que insistia em ter o controle absoluto sobre todas as decisões referentes à rotina de trabalho do serviço.

Essa tentativa de dar conta das tarefas necessárias para organizar o dia a dia de um serviço que visa a atender a uma população específica (ainda que os termos dessa especificidade nem sempre sejam claramente definidos), por meio da construção de dinâmicas de rotinização burocrática das atividades, era considerada uma forma de transição necessária. Apesar dos conflitos inerentes, essa transição era desejada por todos e tida como um processo natural para um serviço que teve sua concepção e sua origem forjadas pelo movimento social, mas agora atingia outro estatuto, estabelecendo-se como um equipamento do governo do estado.

Os professores e os pesquisadores ligados ao convênio com a universidade entraram nesse cenário fazendo uma espécie de mediação. Como parte dos membros da universidade lidava com o trabalho de assessoria e supervisão dos profissionais ligados aos centros, essa posição se convertia em canal de comunicação entre a equipe e a superintendência responsável pela gestão destes. As questões e os problemas levantados eram levados pela universidade para as reuniões de “monitoramento e avaliação” previstas no convênio, mas, na maioria das vezes, as decisões tomadas não eram encaminhadas, voltando na reunião seguinte. E, assim, como se estivéssemos presos numa espécie

de ritual infinito, percebíamos que as reuniões funcionavam apenas para agendar outras reuniões e que um possível papel de mediação nunca se concretizava de fato. Volto a tratar desses conflitos adiante.

Com o tempo, a pauta dessas reuniões de “monitoramento” foi se alterando e passaram a girar mais em torno de encaminhamentos burocráticos, como contratações, pagamentos, acertos sobre a participação em eventos, apresentações e outras reuniões de interesse para o Rio Sem Homofobia, em que os professores da UERJ eram solicitados a representar a “cara da universidade”.

Ainda que o encaminhamento prático dessas questões nos afligisse e parecesse nunca ser concluído a contento, aos poucos ficava claro que, enquanto discutíamos a organização de um serviço, tentando dar soluções ainda que provisórias aos problemas que se colocavam no dia a dia, categorias iam sendo forjadas, conceitos substancializados e a “população” à qual ele se destinava progressivamente ganhava forma e substância. A constituição de um serviço de atendimento passa também por constituir os problemas ou as questões específicas que serão seu objeto de atendimento, o que concorre para a produção ou a definição da “população” que será atendida.

Uma constatação da equipe que trabalha no serviço foi a de que a violência física não era a principal demanda, em termos numéricos, com a qual era preciso lidar. O maior empenho era na direção da “garantia de direitos”, o que fez com que outra compreensão sobre os sentidos da violência tivesse surgido, associada à violação do princípio de acesso a direitos e imiscuída em práticas cotidianas diversas. E novamente se chegou à conclusão semelhante àquela que já tinha vindo à tona com a experiência do DDH há mais de uma década.

Os centros recebem denúncias de diferentes formas de violência e discriminação, mas, sobretudo, lidam com “demandas” relacionadas à união estável – tanto para a sua realização quanto para a sua dissolução – conversão de uniões em casamento, retificação de registro civil, readequação sexual, depressão, ansiedade, mães buscando ajuda para lidar com filhos e filhas “LGBT” e professores para lidar com seus alunos e abordar temas como “diversidade sexual”. Muitas das

“demandas” recebidas não estão necessária ou obviamente relacionadas à orientação sexual ou à identidade de gênero, como o aconselhamento sobre direitos trabalhistas ou previdenciários, promoção de inserção no mercado de trabalho etc. Os casos em geral são encaminhados para outros equipamentos da rede pública de assistência e saúde (hospitais, UPAs, abrigos, CAPS, CRAS e CREAS etc.);⁴³ no caso de denúncias criminais, para delegacias, com o incentivo para que o registro de ocorrência com o “motivo presumido” homofobia seja lavrado; já questões jurídicas são encaminhadas para a Defensoria Pública e, eventualmente, para escritórios-modelo de universidades.

Existe ainda muita procura por informação, especialmente nas ligações recebidas pelo Disque Cidadania LGBT, desde aquelas sobre datas de Paradas do Orgulho e outros eventos LGBT e locais de distribuição de preservativos até pessoas que ligam apenas para saber do que trata essa linha e estudantes que procuram informações e dados para escrever trabalhos de curso. Porém, parte da resposta ao que é trazido pelo “usuário” se encerra no real atendimento, no que os profissionais dos centros costumam chamar de “acolhimento” e “escuta”, e não obrigatoriamente acontece um encaminhamento externo ao serviço.

O envolvimento entre a universidade e a gestão dos centros, de diferentes formas, incentiva a produção de reflexões sobre as ações empreendidas. A equipe de pesquisadores da UERJ também desenvolve pesquisas individuais que, de alguma forma, aproveitam o espaço dos CR LGBT como campo de investigação, assim como alguns dos profissionais envolvidos com o atendimento nos centros realizam trabalhos acadêmicos. Parte dos estagiários aproveitou a experiência no serviço para produzir suas monografias de conclusão de curso.⁴⁴ Esses

⁴³ UPA – Unidade de Pronto Atendimento; CAPS – Centro de Apoio Psicossocial; CRAS – Centro de Referência de Assistência Social; CREAS – Centro de Referência Especializado de Assistência Social.

⁴⁴ Podemos citar alguns exemplos deste tipo de produção reflexiva. Em novembro de 2012, a equipe dos Centros de Referência realizou, em parceria com o Lidis e nas dependências da UERJ, o seminário “Diversidade sexual e identidade de gênero: refletindo sobre as práticas voltadas ao adolescer”. Em agosto de 2013 aconteceu outro seminário, também na UERJ, dessa vez sobre as monografias produzidas a partir da experiência dos estagiários nos Centros de Referência. Durante o ano de 2013, o convênio entre o governo do estado e a UERJ, por intermédio do Lidis, passou a

últimos trabalhos, produtos da experiência dos estagiários que entraram em contato com a temática pela primeira vez em sua prática profissional, representam produções interessantes por conjugarem a reflexão sobre as experiências de atuação e a urdidura de considerações sobre gênero e sexualidade a partir da visão dos seus cursos de formação. Destaco, a seguir, algumas dessas reflexões.

Tendo como fonte as fichas de atendimento do CRLGBT da capital, Isabela Scheufler Pereira⁴⁵ debruçou-se sobre casos caracterizados como agressão e ameaça de agressão com “motivação homofóbica”, na tentativa de traçar um perfil do agressor. Em sua análise, notou alguns problemas nas fichas de registro dos atendimentos feitos pelo Centro de Referência. As informações coletadas dos casos funcionariam mais para a quantificação do que para a caracterização dos atendimentos realizados e havia pouquíssima informação a respeito do agressor. A autora aponta inconsistências nos registros de orientação sexual e identidade de gênero e nota, ainda, que quase não há registros de cor/raça, religião ou outras informações que seriam relevantes para traçar um perfil dos casos de discriminação e violência acompanhados pelo centro.

Nas fichas analisadas por Pereira (2013), os “usuários” apareciam classificados por sua orientação sexual, “heterossexual, bissexual, gay e lésbica”, sem que fosse apurada a distinção entre a orientação sexual e a identidade de gênero, presumindo, por exemplo, que todo gay teria uma identidade de gênero masculina ou que toda lésbica teria uma identidade de gênero feminina (p. 59-60). Já as identidades de gênero

destinar parte de sua frente de trabalho para o desenvolvimento de um projeto de pesquisa que, entre outros objetivos, se propunha a fazer um levantamento crítico a respeito dos dados produzidos pelos CR LGBTs e da relação entre as “demandas” trazidas por seus “usuários” e o seu impacto nas redes de proteção de assistência do estado. No âmbito de pesquisas individuais, Aureliano Lopes acompanha ações nas quais se podem depreender os sentidos que o investimento em “cultura” tem sido tomado na execução de “políticas LGBT”; Vanessa Leite desenvolve sua pesquisa de doutorado a respeito da legitimação da “juventude LGBT”, tendo a política Rio Sem Homofobia como um dos campos de investimento de sua pesquisa; e Adriana Shad Balthazar, que, a partir do trabalho de campo realizado em dois dos Centros de Referência existentes no estado do Rio, elaborou a sua dissertação de mestrado sobre “o lugar que o silêncio ocupa na narrativa de pessoas que sofreram violência homofóbica” (Balthazar, 2012; Leite, 2014; Lopes, 2016; Carrara et al., 2017).

⁴⁵ Trata-se de uma monografia de conclusão do curso de graduação em Assistência Social. A autora realizou o estágio disciplinar obrigatório para a conclusão do curso no Centro de Referência LGBT da capital do Rio de Janeiro, sob a orientação do professor Guilherme Almeida (FSS-UERJ).

“que aparecem para o serviço são apenas as de travestis e transexuais” e, nesse caso, o que “fica invisibilizado para o serviço é a orientação sexual, pois o pressuposto em vigor é que travestis e transexuais são necessariamente heterossexuais” (p. 60).

Outra monografia foi produzida a partir de “grupos de conversa” que reuniam a equipe que trabalhava com o atendimento de casos nos Centros de Referência. Elisa Oliveira (2013)⁴⁶ procurou discutir as maneiras como esses profissionais compreendiam o fenômeno da homofobia. Em uma dessas discussões surgiram algumas reflexões dos profissionais a respeito dos sentidos da discriminação com que lidam no seu dia a dia de trabalho:

Em um dos grupos de conversa houve um debate acerca das ações dos CRLGBTs: seria a ação deles somente pela via do combate à discriminação? No início do debate um dos participantes classificou cem por cento dos casos atendidos como casos de homofobia. No entanto, a discussão se encaminhou de certa forma que a questão girou em torno das ações outras que os CRLGBTs também atuam, como, por exemplo, a elaboração de um contrato de união estável homoafetivo, que se configura, na fala de uma das advogadas, como uma ação de garantia de direitos e não de combate à homofobia. Entretanto, a necessidade de elaboração de um contrato de união estável, haja vista a não existência do casamento civil entre pessoas do mesmo sexo (salvo por decisões judiciais), não se configuraria como uma forma de homofobia? Uma forma de homofobia mais institucionalizada, mas que de certa forma discrimina no sentido de que não garante os mesmos direitos para casais homossexuais e heterossexuais? O fato de ir a um espaço público voltado para um segmento específico numa tentativa de garantir direito já não implica a não garantia desse direito a priori? (2013, p. 33).

⁴⁶ Monografia de conclusão do curso de graduação em Psicologia. A autora realizou o estágio disciplinar do curso no Centro de Referência LGBT da capital do Rio de Janeiro, sob a orientação da professora Anna Paula Uziel.

Outra discussão interessante realizada pela autora versa sobre os efeitos que a existência de um equipamento como os Centros de Referência LGBT – “espaço público voltado para a especificidade de sua identidade de gênero e orientação sexual” – podem ter sobre os seus “usuários”. Para Oliveira, toda a “diversidade de demandas” recebidas pelos Centros se dirige para um mesmo ponto:

A diversidade de demandas converge em um ponto único e comum: a legitimação daquele usuário enquanto sujeito. As intervenções dos CRs legitimam enquanto sujeito de direito, enquanto sujeito de desejo, enquanto ser no mundo. Com um encaminhamento impresso realizado por nós, por exemplo, usuários relatam que são mais bem recebidos, que se sentem respaldados e assegurados do que nos outros serviços, que muito comumente não estão preparados para receber o LGBT. Em sua dimensão psíquica e emocional, ousaria dizer que a criação de um espaço voltado para lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais pode ter um efeito muito positivo. A possibilidade de falar abertamente sobre sua sexualidade – e muitas vezes, pela primeira vez na vida – se mostra para alguns usuários como uma experiência de libertação e alívio (p. 34).

A proposta dos Centros de Referência é de que funcionem como um dispositivo de “combate à homofobia e promoção da cidadania”. Nesse sentido, a violência associada à homofobia pode compreender um espectro de sentido bastante amplo, inclusive o suposto de que o desconhecimento, a dificuldade ou o impedimento de acesso a algum serviço ou direito tenha como causa anterior e persistente o preconceito e a discriminação vivenciados por determinados sujeitos ao longo de suas vidas.

Nas interpretações sobre os sentidos da homofobia e sobre os “efeitos” positivos dos centros para os “usuários” destacados por Oliveira, também podemos perceber algo sobre outro aspecto que sobressai da montagem dessa política: uma disposição que pode ser apreendida do *slogan* do CRLGBT: “Agente cuida de você”. Esse anúncio diz algo sobre a forma como alguns dos envolvidos na criação dos centros os

conceberam. A política se destina a uma “população desamparada”, nunca antes assistida por políticas públicas e que finalmente ganhou “uma porta onde pode bater”. Essa imagem é comumente utilizada por alguns profissionais para falar dos “usuários” que chegam ao serviço. Nesse sentido, o CRLGBT deveria estar preparado para “acolher” e encaminhar, da melhor forma possível, qualquer tipo de “demanda” trazida por seu público.

Em mais um trabalho que reflete sobre os atendimentos do CR LGBT, Carolina Salles (2012)⁴⁷ chama a atenção para os “efeitos micropolíticos” de ações como as empreendidas pelos Centros de Referência. Para isso, desenvolve a sua reflexão por meio de um caso de denúncia de homofobia na escola recebida por um CR LGBT.

No caso por ela analisado, constatamos que Dimitri, de 43 anos, aluno de uma escola para jovens e adultos, procurou o Centro de Referência para relatar que passava por constrangimentos decorrentes de insinuações sobre a sua orientação sexual feitas por sua professora. Dimitri mencionou grande desconforto com isso, pois afetava a sua relação com os demais alunos, e também afirmou já ter vivenciado situações semelhantes no passado, que acabaram por afastá-lo de outras instituições de ensino. Os profissionais do Centro de Referência proporcionaram a Dimitri alguns atendimentos para discutir os caminhos possíveis do desdobramento do caso. Segundo relata Salles (2011), uma possibilidade seria a via judicial. Dimitri poderia registrar uma ocorrência por discriminação em uma delegacia, acionar o Ministério Público e uma Coordenadoria Regional de Educação e denunciar a professora. Outra possibilidade seria buscar dialogar com a escola “com o objetivo de criar uma estratégia de orientação, responsabilização e sensibilização, tanto nos docentes quanto nos discentes” (p. 29). A equipe que atendeu Dimitri assumiu como prioridade a sua continuidade na escola, uma vez que já havia um histórico de evasão, e, após avaliar as possibilidades junto com o interessado, decidiu-se que a equipe do Centro de Referência entraria

⁴⁷ Monografia de conclusão do curso de graduação em Psicologia. A autora realizou o estágio disciplinar do curso no Centro de Referência LGBT da capital do Rio de Janeiro, sob a orientação da professora Anna Paula Uziel.

em contato com a direção e a coordenação pedagógica da escola para discutir sobre algum tipo de ação de intervenção.

Após conversas e negociações, foi acordada a realização de uma ação na escola em questão, envolvendo alunos e professores de todas as turmas. Em parceria com o Grupo Arco-Íris, a equipe do Centro de Referência conduziu uma oficina de reflexão sobre estereótipos, e os integrantes do Grupo Arco-Íris apresentaram um esquete teatral baseado no Teatro do Oprimido. As atividades renderam um longo e profícuo debate com o envolvimento ativo de todos os participantes. O caso teve um desfecho satisfatório e, meses depois, Dimitri entrou em contato com a equipe para contar que continuava na escola e que havia ficado feliz com os desdobramentos do seu caso.⁴⁸

A análise dessa ocorrência chama a atenção para o fato de o encaminhamento realizado não ter sido a simples denúncia da discriminação e também para as ações capilares que se desenrolam a partir da alternativa encontrada:

Concluí a partir dessa atividade que, quando os profissionais do CR saem do seu espaço físico de trabalho e se deslocam, entrando no ambiente onde se vivenciou o conflito/homofobia para discutir o ‘problema’, se cria um diálogo aberto, nos possibilitando intervenções mais diretas, e de forma capilar naquele ambiente. O ‘problema’ pode se transformar em uma problemática que atravessa o cotidiano de todos nós (Salles, 2011, p. 36).

Uma das análises possíveis é a comparação entre uma ação focada no indivíduo professora, através do processo jurídico, e uma ação mais coletivizada, sem culpabilizações individuais, buscando promover reflexão, debate e transformações na comunidade escolar (p. 37).

A análise feita por Salles e a sua participação nos desdobramentos do atendimento falam sobre uma dimensão “micropolítica”, como define

⁴⁸ Dimitri é um nome fictício atribuído pela autora. Para mais detalhes sobre os atendimentos realizados, o percurso do caso e a atividade realizada na escola, ver Salles (2011, pp. 29-36).

a autora, que escapa, em análises apressadas, dos possíveis efeitos de um serviço como o prestado pelos CR LGBTs.

Outro caso de atendimento feito pelo Centro de Referência LGBT da capital do Rio de Janeiro, dessa vez analisado por Amanda Moura (2013),⁴⁹ traz mais alguns pontos interessantes. O caso escolhido pela autora é tido como marcante por vários membros da equipe, tanto pela complexidade de suas “demandas” – que passaram pelo atendimento da Psicologia, do Serviço Social e do Direito – quanto por ser um dos mais antigos, uma vez que a “usuária” nunca deixou de frequentar o serviço, chegando a ele há quase três anos. Trata-se de Mabel, transexual, “negra, pobre, de aparência frágil, mas com olhar doce, jeito meigo, fala mansa, delicada e determinada”. De acordo com a autora, esse é um caso sempre muito discutido nas reuniões de equipe do CR LGBT, pois ajuda os seus integrantes a pensarem sobre as limitações de sua atuação.

A primeira “demanda” de Mabel no CR LGBT foi por abrigo. Duarte nos revela aos poucos o percurso de Mabel ao longo de sua análise, talvez porque tenha sido assim durante a trajetória da “usuária” no serviço. Mabel está inserida há quatro anos no programa do processo transexualizador do Hospital Universitário Pedro Ernesto (HUPE), onde recebe o tratamento de hormonização, atendimento psicológico e psiquiátrico. Além de abrigo, Mabel recebeu auxílio do CR para dar entrada na sua retificação de registro civil e para lidar com outras situações de discriminação vivenciadas, como aquela em que estava internada em uma clínica psiquiátrica, devido à ingestão de muitos medicamentos de uma só vez. Ela, então, telefonou para o centro para denunciar que havia sido posta na ala masculina e estava sendo obrigada a cortar as unhas e o cabelo. Por meio do percurso reconstruído por Duarte, ficamos sabendo que Mabel não é “usuária” apenas dos serviços oferecidos pelo CRLGBT e pelo HUPE, ela também é acompanhada pela equipe de um hospital psiquiátrico, além de outras instituições.

⁴⁹ Monografia de conclusão do curso de graduação em Psicologia. A autora realizou o estágio disciplinar do curso no Centro de Referência LGBT da capital do Rio de Janeiro, sob a orientação da professora Anna Paula Uziel.

O trânsito pelas instituições foi se configurando de forma gradual e com um aspecto de rede: a partir do contato com o primeiro local que frequentou foi conhecendo os outros e à medida que tinha suas demandas sanadas, passa a se desligar da instituição ou não, como no caso da nossa, com a qual ela permanece vinculada. A moça mantém laços institucionais com diversos órgãos públicos do município. E estes espaços se configuram como as únicas redes que possui. Mabel não tem amigos, nem colegas na cidade, quando questionada como era essa situação em sua cidade natal, relata que sempre teve poucos amigos, desde a infância. A jovem é acompanhada pelo nosso Centro de Referência, por uma instituição psiquiátrica do Estado, onde tem acompanhamento psiquiátrico, psicológico, social e frequenta um bazar organizado pela instituição, realiza eventualmente atividades numa oficina de teatro de uma outra instituição psiquiátrica, frequenta uma ONG que se propõe a elaborar projetos que assegurem a cidadania LGBT, além de ter passado por um projeto de capacitação profissional de travestis e transexuais da cidade (Moura, 2013, p. 43).

A autora destaca uma ocasião em que a equipe do CRLGBT promoveu uma oficina de fotos com Mabel. O objetivo era “criar um campo de afirmação de sua identidade feminina” e servir como embasamento para o processo jurídico de retificação de registro civil (p. 25). Esse tipo de atividade explicita o papel do centro na produção de gênero e de identidades para os sujeitos que o acessam, como visto com Oliveira (2013), mas também fala sobre outros efeitos.

O percurso de Mabel talvez seja um exemplo extremo de sujeito que se constitui nas e por meio das instituições, de aparatos administrativos que “acolhem”, reconhecem e coetaneamente constituem as suas identidades – identidades essas reforçadas pelas instituições e que correm o risco de se esfacelarem fora delas.

Nestes trabalhos desenvolvidos a partir da experiência de estudantes que completaram a sua formação profissional na primeira turma de estagiários dos serviços promovidos pela política Rio Sem Homofobia, transparece a forma de funcionamento de um serviço que não nasce com a estrutura e o método de funcionamento definidos, mas primeiro “abriu

as portas” e vem se construindo no processo, aos poucos “se modelando segundo o perfil da população usuária”. E essa é uma via de mão dupla, pois a “população usuária” também vem se modelando de acordo com o “perfil do serviço”. As atividades relatadas pelas monografias citadas podem ser compreendidas também por meio de certas expectativas pedagógicas como um efeito para dentro dos CR LGBTs, para as outras instituições envolvidas de alguma forma com essa política e para a própria “população usuária”.⁵⁰ A “promoção da cidadania” de que fala a política ensinaria a ter direitos. E esses são efeitos de difícil mensuração por meio da produção de indicadores quantitativos, que parecem ser os mais valorizados pelos gestores da política ou pela linguagem de estado com a qual dialogam.

Olhar para iniciativas no plano administrativo governamental implica reconhecer que essa é uma ação que também produz sujeitos, identidades, necessidades e normatizações. A administração burocratizada que pretende gerir sujeitos definidos a partir do gênero e da sexualidade não dá conta de abarcar os sentidos das “demandas” trazidas pelos “usuários”. Talvez essa seja uma explicação possível para a dificuldade dos profissionais em estabelecer um registro padronizado e sistematizado de “identidade de gênero” e “orientação sexual”, ou talvez esse campo do cadastro não receba tanta atenção porque, no fim das contas, não é o que mais importa no imediatismo do dia a dia dos atendimentos. Ou ainda porque esse tipo de registro importe mais para a produção de dados e para a gestão das atividades a longo prazo, o que não é feito pelas mesmas pessoas que lidam diariamente com aqueles que chegam ao serviço. A experiência do atendimento muitas vezes leva os profissionais responsáveis pelo trabalho a questionarem a cristalização de identidades, mas, ao mesmo tempo, reconhecem a necessidade instrumental de sua existência. Entretanto, os instrumentos e os mecanismos da rotinização das atividades existentes não deixam muito espaço para que relatem e reflitam sobre essa experiência, ou isso

⁵⁰ Gregori (1993a) menciona as expectativas das feministas em transformarem as mulheres atendidas pelo SOS-Mulher em militantes. Debert (2006) aponta intenção parecida relacionada à criação de delegacias especiais daqueles que compreendem essas iniciativas como um movimento de “política da justiça”.

não é solicitado ou tido como relevante para os relatórios exigidos pela gestão. Estes, em geral, são pensados para comprovar a relevância e a premência da existência do serviço em termos numéricos, resultando na produção de tabelas, gráficos, números de atendimento e ofícios encaminhados, quantificação de notícias na mídia e eventos públicos realizados.

Retomando as disputas entre “técnicos” e “políticos” e as questões e as “acusações” trocadas relativas à organização do trabalho, poderíamos dizer que existe certa resistência – de ambos os lados – para o encaminhamento prático de possíveis soluções para os problemas surgidos no cotidiano das atividades dos centros. Não pretendo sugerir que essas disputas sejam a origem do problema, porque esse de fato não é o caso, mas que a sua manutenção serve a alguns propósitos. Por exemplo, o formato das fichas de atendimento é criticado tanto pela falta de espaço para o preenchimento de questões relevantes quanto pela maneira incompleta como são preenchidas. O resultado disso, como aponta o trabalho de Pereira (2011), é que informações consideradas importantes para o desdobramento dos casos, tanto práticas quanto analíticas, são perdidas. Mas, ainda que sejam incompletas e mal preenchidas, as fichas têm funcionado para que o trabalho seja quantificado e fornecem os números considerados satisfatórios para os propósitos políticos de afirmação da necessidade de manutenção e incremento da política.⁵¹

Daí o fato de que serem mal preenchidas é culpa dos “técnicos” que não fazem o trabalho como deveria ser feito. Mas, se acompanharmos a visão destes, observaremos que fichas ruins permitem apontar para a fragilidade da gestão política dos serviços, que não implementa fichas melhores e não dá a autonomia necessária para que o façam. Se o resultado final é ruim, é porque estão impedidos de fazê-lo como a sua formação qualificada permitir-lhes-ia. Por meio dessa acusação, os membros da equipe podem reafirmar o seu potencial e a sua competência, e que não são valorizados pelos que só estariam

⁵¹ Segundo uma publicação do Programa Rio Sem Homofobia, em pouco menos de dois anos apenas o Centro de Referência localizado na capital teria realizado 6.506 atendimentos (Revista *Rio Sem Homofobia*, Ano 1, n. 1, junho 2012).

preocupados com os rendimentos políticos decorrentes da existência do serviço. Além disso, fichas mal preenchidas ou com poucos dados aproveitáveis significam que os dados completos que lá deveriam constar ficaram retidos com o profissional que fez o seu preenchimento, ou seja, se não consta no papel, só aqueles que podem realmente saber o que aconteceu são os "técnicos". O correlato disso é óbvio e não exatamente uma novidade em organizações burocrático-administrativas: a retenção da informação é uma forma de barganhar poder; se a pessoa sai, leva as informações junto com ela.

Parte da dificuldade em resolver os problemas apresentados também se explica pela convicção de que existiria uma forma exemplar de organização burocrática que deveria ser alcançada para que tudo, enfim, começasse a funcionar perfeitamente, aspecto que remete à crença na racionalidade burocrática das repartições públicas, já apontada no capítulo 4. Como essa rotinização ideal não é atingida e nem poderia sê-lo, torna-se possível dizer que não funciona agora, mas funcionará um dia, quando tudo estiver perfeitamente organizado. Essa dimensão também pode ser relacionada ao reforço na crença das institucionalidades estatais, abordada mais diretamente no capítulo 1.

Se existe uma falha na condução das atividades do serviço, não é porque o que se propõe seja de difícil enquadramento e implementação, ou porque o objetivo de sanar qualquer problema posto pelos sujeitos que o acessam seja impossível de ser cumprido. A demanda de ter a "atenção do Estado" foi conquistada, sujeitos historicamente negligenciados agora estão sob a proteção de um aparato montado especialmente para tal: "um lugar para chamar de seu". E se existe algum tipo de falha nessa proteção, ela não pode mais ser localizada no estado, mas naqueles que administram a política e falham em conduzir o processo da maneira como deveria ser. Ainda podemos pensar que a constante falta ou insuficiência das políticas é congruente com a forma como o campo se organiza e movimenta: para haver política, tem que haver cobrança e para haver cobrança, tem que haver a falta.

Por fim, é pertinente pensar em qual seria o lugar da universidade nessa composição. O convênio firmado entre a Superintendência e a

UERJ, ambas partes do aparato do estado, envolvia a Universidade em basicamente duas frentes: i) “o apoio, a implantação, o monitoramento e a avaliação” da política; e ii) “contribuir para a formação acadêmica de estudantes”, tornando o Centro um possível espaço de estágio para graduandos, e “estimular a produção acadêmica sobre o tema”.

Para as duas instituições implicadas, essa cooperação trazia proveitos. O respaldo acadêmico empresta legitimidade para a política, reforçada pelo envolvimento de especialistas reconhecidos na área em que a política se propõe a intervir. A parceria com a universidade representa ainda um signo positivo de um governo atento à forma como o conhecimento acadêmico-científico pode ser investido em boas práticas da administração pública, sendo capaz de produzir, assim, mais conhecimento a ser reinvestido. Para a Universidade, a parceria significava mais do que apenas um novo campo para a produção de pesquisas e formação de alunos, ou um simples incremento da sua produção acadêmica. Estabelecer parceria na construção de políticas públicas também a reveste de certo prestígio e transmite a imagem de uma instituição comprometida para além da comunidade universitária, que compartilha o saber engajando-se na construção de políticas. Além disso, demonstra o seu compromisso com uma pauta atualmente em alta na agenda de direitos humanos.⁵²

Entretanto, nesse cenário em que todos tinham algo a ganhar, a universidade foi recebida pela gestão do serviço de forma contraditória. O respaldo da academia era bem-vindo e, em certa medida, considerado necessário, mas, ao mesmo tempo, suas tentativas de intervenção nas ações da política eram vistas com reticências e, muitas vezes, não eram levadas adiante. Nesse sentido, ainda que operando de maneira diferente, o conflito colocado entre “técnicos” e “políticos” nos Centros de Referência também estava presente na relação entre a “universidade” e a “gestão”. À medida que os envolvidos na “gestão” também tinham uma trajetória de envolvimento com o movimento social LGBT,

⁵² Cabe apontar que a Universidade do Estado do Rio de Janeiro já tem a reputação de se envolver com a agenda de direitos humanos e de promover projetos de extensão que visam a atingir um público externo à universidade. Parte dessa reputação também é creditada hoje ao seu pioneirismo na implantação de cotas raciais no seu processo seletivo.

essa resistência ecoava a permanência de uma velha desconfiança ou “prevenção contra a academia”.⁵³

Temos então que as dinâmicas provocadas pelo convênio acabaram por explicitar três categorias reificadas, nas quais os sujeitos vão sendo constantemente posicionados, “A Universidade ou A Academia” e “O Poder Público ou O Gestor Público”, duas categorias que se constituem por oposição entre si e por oposição a uma terceira categoria, também não menos reificada, que é “O Movimento Social ou O Ativismo”. À “Universidade” caberia o saber acadêmico, mais reflexivo, e também o saber técnico concernente às áreas específicas de formação dos profissionais que atuam nos Centros de Referência, mais instrumental e operativo. Já ao “Poder Público/Gestor Público” caberia o saber político-administrativo, de cunho mais pragmático e resolutivo. A nenhum dos dois competiria aquilo que é considerado, não menos estereotipadamente, como característico dos movimentos sociais: a mobilização apaixonada, a impulsividade e a improvisação livre diante dos imprevistos que, por ventura, se apresentam no dia a dia de uma instituição. Refiro-me aqui a reificações no sentido de que certas características são atribuídas como inerentes a essas esferas, como se o pertencimento a tais espaços pudesse determinar formas de agir e pensar que retroalimentam a produção desses tipos de ficções institucionais estanques.

Essa forma de relação não pode ser considerada exatamente como uma novidade. Gregori (1999), ao comentar a formação do campo de estudo de gênero no Brasil e a sua “capilaridade com o desenvolvimento do feminismo como movimento social” (p. 226), descreve relação parecida envolvendo pesquisadoras e feministas no contexto da década de 1980. A autora nos conta que, durante a pesquisa de campo realizada no SOS-Mulher, junto com Heloísa Pontes, ambas eram tratadas como “as acadêmicas”, com toda a distância e comedimento que o rótulo implica” (Gregori, 1999, p. 228). Quanto a esse contexto, talvez a originalidade da situação aqui focalizada seja a introdução de

⁵³ A expressão é utilizada por Heloísa Pontes (1994) ao descrever a resistência com que foi recebida quando propôs a realização de sua pesquisa junto às militantes do SOS-Mulher em 1982.

um terceiro elemento: as disputas semelhantes que se dão agora no interior das malhas do governo.

Como visto, a história da política LGBT do Rio de Janeiro, desde a experiência precursora do DDH, fez-se com uma relação de diálogo muito próxima entre implementadores de políticas de governo, organizações do movimento social, pesquisas e pesquisadores.⁵⁴

Na última década foi notável o incremento da produção acadêmica a respeito de gênero e sexualidade. Ramos e Carrara (2006) mencionam que uma busca no Currículo Lattes das palavras “homoerotismo”, “homossexualidade”, “gay”, “lésbica”, “queer” trouxe o retorno de 1.420 pesquisadores em junho de 2006. A busca apenas da expressão “homossexualidade” em janeiro de 2013 apontou 3.589 pesquisadores envolvidos com o tema.

Parte dessa produção, com o aumento da circulação de pesquisadores e a multiplicação de núcleos em universidades e de pesquisas na área, é feita com o financiamento da Secretaria de Direitos Humanos. O incentivo para a realização de pesquisas e levantamentos de dados que colaborem para o “combate à violência e a promoção de direitos LGBT” esteve presente desde o PNDH II (2002) e também no Brasil Sem Homofobia (2004) e no Plano Nacional LGBT (2008).⁵⁵ A

⁵⁴ É interessante notar que se a trajetória do que veio a se tornar o movimento LGBT no Brasil é contada a partir da sua relação com as políticas de saúde, no caso particular do Rio de Janeiro, essa trajetória primordial está mais ligada às políticas de segurança pública.

⁵⁵ Exemplo de propostas do PNDH II investidas com este sentido: “Promoção de pesquisas e coleta de informações sobre a situação sociodemográfica dos GLTTB [...] assim como violência e discriminação praticadas em razão da orientação sexual”; “incentivar ações que contribuam para a preservação da memória e fomento à produção cultural da comunidade GLTTB no Brasil”; “promover campanha junto a profissionais de saúde e do direito para o esclarecimento de conceitos científicos e éticos relacionados à comunidade GLTTB” (PNDH II). Além de estar presente em um dos três princípios do Brasil Sem Homofobia, o estímulo à pesquisa aparece ainda em cinco de um total de 53 propostas de ação: “A produção de conhecimento para subsidiar a elaboração, a implantação e a avaliação das políticas públicas voltadas para o combate à violência e à discriminação por orientação sexual, garantindo que o governo brasileiro inclua o recorte de orientação sexual e o segmento GLTB em pesquisas nacionais a serem realizadas por instâncias governamentais da administração pública direta e indireta” (Brasil, 2004, p. 12). E, ainda, um trecho do Plano Nacional LGBT: “O Estado deve se comprometer a incentivar pesquisas acadêmicas e das organizações da sociedade civil no sentido do esclarecimento das reais condições de vida da população LGBT, bem como utilizar o conhecimento já acumulado. Essas pesquisas são essenciais para que as políticas públicas sejam construídas de acordo com as reais necessidades dessa população (Brasil, 2009, p. 17). Sobre o lugar e a importância das pesquisas

Secretaria de Direitos Humanos tem lançado editais de apoio a núcleos de pesquisa, contratação de consultorias e apoio a eventos, seminários e encontros de pesquisadores e, desde 2011, começou a divulgar dados oficiais sobre homofobia, com base nos registros feitos pelo Disque 100, trabalhados com a consultoria de pesquisadores. Na Conferência LGBT de 2011, uma pequena reunião improvisada foi promovida com os pesquisadores presentes no evento, cerca de quarenta pessoas, atores que podem ser lidos como representativos dos fios de uma trama que vem sendo formada por agendas mutuamente constituídas de pesquisa e intervenção.

O formato da experiência de implantação de uma política nos moldes da que foi descrita neste capítulo pode ser tomada como uma consequência desses desdobramentos ocorridos na última década. É um exemplo da trama relacional que se forma em torno de sujeitos constituídos no cruzamento entre demandas dos movimentos sociais, aparatos governamentais e produção acadêmica.

qualitativas e quantitativas nas investigações que envolvem sexualidade nas arenas da política e dos direitos humanos, sociológica e epidemiológica, ver Moutinho et al. (2005).